

PREGÃO ELETRÔNICO

CPI7-PR-156/0018/26

CONTRATANTE (UASG)

180156 – Comando de Policiamento do Interior Sete

OBJETO

Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção e pintura predial do imóvel pertencente ao CPI-7

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 538.093,52 (quinhentos e trinta e oito mil e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia ***23/06/2025 às 08h*** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA

Edital 23/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	180156-ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA	SERGIO LUIS FERREIRA FILHO	02/06/2026 15:16 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		057.00232680/2026-01

VERSÃO DO EDITAL

Administração Pública do Estado de São Paulo
Minuta padronizada. Análise técnica: Subsecretaria de Gestão. Exame jurídico: PGE
Edital de Pregão
Versão atualizada em: 03/03/2026

PREÂMBULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE
UGE 180.156

PREGÃO ELETRÔNICO Nº CPI7-PR- 156/0018/26

Torna-se público que o(a) ESTADO DE SÃO PAULO, por meio do(a) COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE, sediado(a) Rua Bento Manoel Ribeiro, 209, Vila São Caetano – Sorocaba/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é contratação de serviços de manutenção e pintura predial do imóvel pertencente ao CPI-7, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.2. Considerando o valor estimado do item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. PROPOSTA E HABILITAÇÃO

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
 - 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.
 - 4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
 - 4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
 - 4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
 - 4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.
 - 4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. Valor mensal e total estimado do item.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº

123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. SESSÃO, PROPOSTAS E LANCES

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) reais**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas

vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas - e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNICAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.10.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.
- 8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.
- 8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de

30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico plataforma SEI utilizada pelo Governo do Estado de São Paulo.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02 de março de 2026, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.
- 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. IMPUGNAÇÃO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: encaminhamento das razões no endereço eletrônico: cpi7uge@policiamilitar.sp.gov.br (e-mail deve constar todas as informações necessárias para identificação de quem o subscreve e quem este representa; quando do envio de documento anexo com as razões, tal documento deve estar em formato PDF, com assinatura eletrônica certificada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), como determina o § 2º do artigo 12º da Lei 14.133/21).
- 13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet www.doe.sp.gov.br (Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento).
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a

formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do

ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.16.1.2. Anexo I.2 – Matriz de Risco;

14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.16.3. ANEXO III – Cópia da Resolução nº SSP 05/2026, que trata das sanções aplicáveis no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo;

14.16.4. ANEXO IV – Modelos referente a planilha de proposta

14.16.4.1. Anexo IV.1 – Planilha Orçamentária;

14.16.4.2. Anexo IV.2 – Cronograma Físico-Financeiro;

14.16.5. ANEXO V – Modelo de Declaração;

14.16.6. ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAFAEL AKIRA GOYA ACEITUNO

SUBSCRITOR DO EDITAL



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 15:16:59.

TERMO DE REFERÊNCIA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA

Termo de Referência 94/2026**Informações Básicas**

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
94/2026	180156-ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA	ALISSON JONES RODRIGUES DA CUNHA	12/05/2026 17:21 (v 0.17)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		SEI 057.00232680 /2026-01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**TERMO DE REFERÊNCIA****Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.****PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/ REPAROS/CONSERVAÇÃO E PINTURA INTERNA E EXTERNA.****POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE - (CPI7)****(Processo Administrativo nº SEI 057.00232680/2026-01)**

1.1. Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção e pintura predial do imóvel pertencente ao Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7, localizado no município de Sorocaba/SP, contemplando fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, andaimes, dispositivos de segurança e demais insumos necessários à execução completa dos serviços.

1.2. A Planilha Orçamentária nº CPI-7-006-40-26, contendo todas as medições, quantitativos e composições de custos referentes aos serviços descritos no Memorial Descritivo, elaborada com base na Tabela de Custos Referencial CDHU – versão 201 de fevereiro de 2026, encontra-se anexa a este Termo de Referência, assim como o Anexo – Croqui das Áreas de Intervenção, no qual estão detalhadas as áreas de atuação, a identificação das edificações e a definição das cores a serem aplicadas, sendo ambos partes integrantes deste instrumento.

1.3. A referida planilha constitui parte integrante deste instrumento, devendo ser obrigatoriamente observada pelas licitantes para elaboração de suas propostas, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa do objeto contratado.

--	--

SIAFISICO - SERVIÇO			65218 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/ REPAROS/CONSERVAÇÃO E PINTURA INTERNA E EXTERNA.		
COMPRAS.GOV.BR			13455 – MANUTENÇÃO/ REFORMA PREDIAL – PINTURA EM GERAL		
ITEM	SERVIÇO	VALORES	1º. MES	2º. MES	3º. MES
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 35.549,78	R\$ 10.664,93	R\$ 10.664,93	R\$ 14.219,91
			30,00%	30,00%	40,00%
2	EXECUÇÃO / APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA PINTURA	R\$ 502.543,75	R\$ 150.763,12	R\$ 150.763,12	R\$ 201.017,50
			30,00%	30,00%	40,00%
VALOR TOTAL DA OBRA		R\$ 538.093,52	R\$ 161.428,06	R\$ 161.428,06	R\$ 215.237,41
VALOR TOTAL DA MEDIÇÃO MENSAL			R\$ 161.428,06	R\$ 161.428,06	R\$ 215.237,41
VALOR TOTAL ACUMULADO DA MEDIÇÃO			R\$ 161.428,06	R\$ 322.856,11	R\$ 538.093,52

1.4. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.5. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.6. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.7. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.8. Prazo de início:

- O início dos serviços dar-se-á de forma imediata, a partir da assinatura do contrato, emissão da Ordem de Início dos Serviços – OIS e liberação da respectiva Nota de Empenho.

1.9. Prazo de execução:

- O prazo para execução dos serviços será de até 90 (noventa) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, podendo ser suspenso ou prorrogado mediante justificativa formal, nos casos de paralisação devidamente autorizada pela fiscalização e aprovada pela CONTRATANTE.

Subcontratação

1.10. A contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de conservação, recuperação e manutenção predial do imóvel pertencente ao Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7, localizado no município de Sorocaba/SP, edificação de relevante valor histórico e arquitetônico, devidamente tombada como patrimônio público.

2.2. A demanda está em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao dever da Administração Pública de planejar suas contratações, garantir a adequada manutenção dos bens públicos e assegurar a eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

2.3. A necessidade foi devidamente formalizada por meio do Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 290/2025, estando prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, demonstrando alinhamento com o planejamento institucional e orçamentário da Administração.

2.4. A edificação apresenta sinais de desgaste natural decorrente da ação do tempo, exposição às intempéries, umidade, incidência solar, além de patologias construtivas como:

- Desprendimento e degradação da pintura existente;
- Presença de trincas superficiais;
- Manchas, bolor e proliferação de fungos;
- Desgaste de revestimentos e acabamentos;
- Deterioração de superfícies metálicas e elementos em madeira;
- Necessidade de recuperação estética e funcional das fachadas e ambientes internos.

2.5. A ausência de intervenção poderá acarretar agravamento das patologias existentes, comprometimento da durabilidade dos elementos construtivos, aumento dos custos futuros de manutenção corretiva, além de prejuízos à segurança, salubridade e adequada utilização das instalações.

2.6. Considerando tratar-se de imóvel histórico tombado, a manutenção preventiva e corretiva torna-se ainda mais necessária, visando preservar suas características arquitetônicas originais, evitar descaracterização e garantir a integridade do patrimônio público.

2.7. Nesse contexto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção e pintura predial, contemplando a recuperação das superfícies, aplicação de revestimentos e acabamentos adequados, utilização de materiais de padrão elevado e execução conforme normas técnicas vigentes.

2.8. Os serviços abrangerão a pintura de portas e janelas com esmalte à base de água, pintura das paredes externas, corredores internos, balaústres, passadiços, pilares, cabine primária e reservatório de água principal, além da aplicação de textura acrílica nos prédios das Alas “A” e “B”, prédio da banda, rancho e Estado-Maior.

2.8.1. Quanto ao padrão cromático, será adotado:

- Cor **terracota** para as áreas externas dos prédios, incluindo fachadas, muro frontal, cabine primária e reservatório de água;
- Cor **branco neve** para ambientes internos, incluindo sala de reunião, corredores, balaústres e passadiços.

2.9. A adoção dessas medidas visa não apenas a recuperação estética do imóvel, mas também a proteção das superfícies contra agentes degradantes, aumento da vida útil da edificação e preservação de suas características arquitetônicas, especialmente por se tratar de patrimônio histórico.

2.10. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, garantindo a conservação do patrimônio público e a continuidade das atividades institucionais desenvolvidas no âmbito do CPI-7.

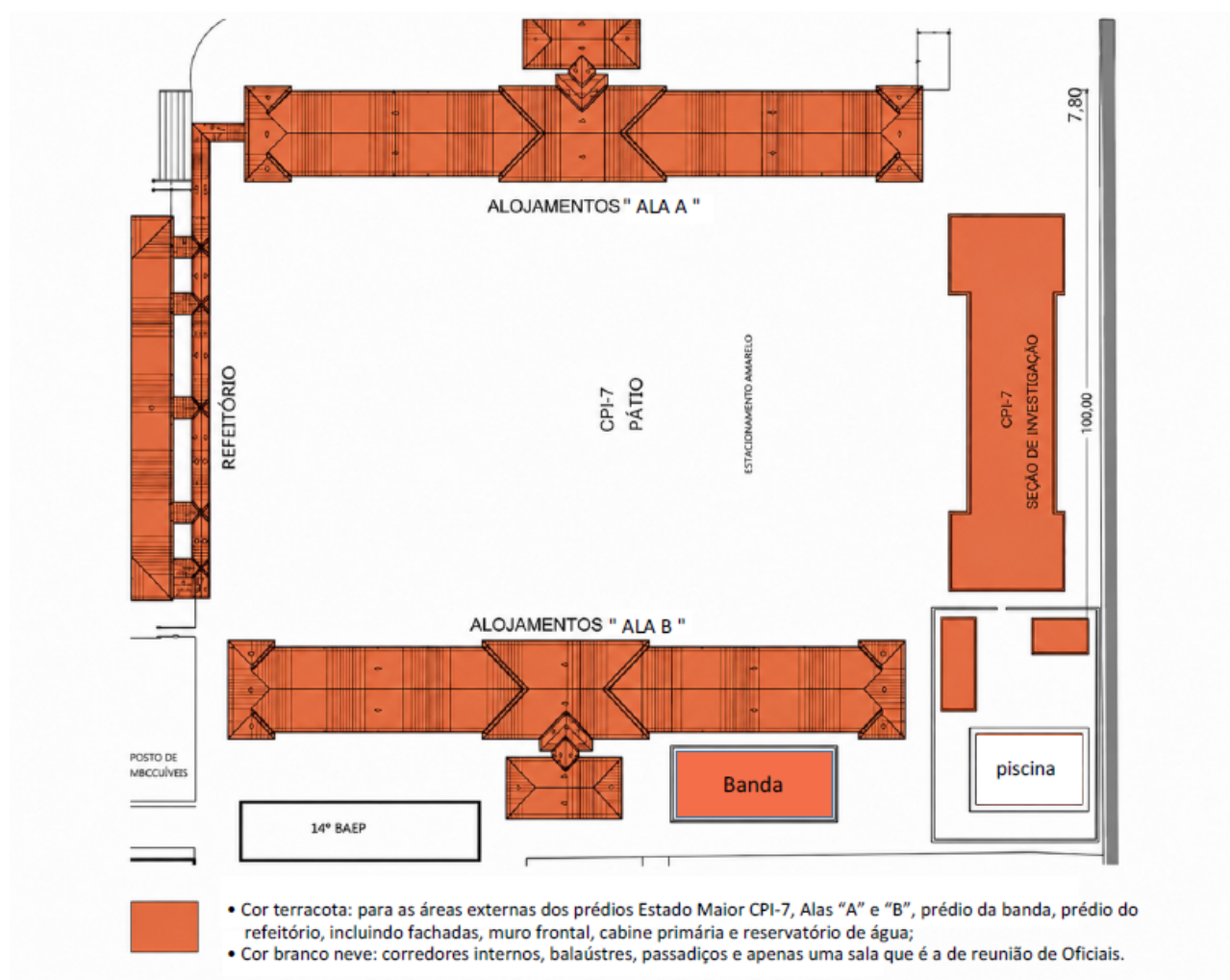
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção e pintura predial no Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7, contemplando o fornecimento integral de mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, andaimes e demais insumos necessários à execução completa do objeto.

3.1.1. A área total estimada para execução dos serviços de manutenção e pintura predial corresponde a **3.808,70 m² (três mil oitocentos e oito metros quadrados e setenta decímetros quadrados)**, compreendendo fachadas externas, corredores internos, balaústres, passadiços, pilares, cabine primária, reservatório de água, esquadrias metálicas, elementos em madeira, muro frontal e demais superfícies que necessitam de recuperação, tratamento e pintura.

3.1.2. O serviço de pintura será realizado na área do CPI-7, conforme delimitado e detalhado no croqui, identificado em cor terracota para as áreas externas dos prédios, incluindo fachadas, muro frontal, cabine primária e reservatório de água;

3.1.3. cor branco neve para ambientes internos, incluindo sala de reunião dos oficiais, corredores, balaústres e passadiços, como consta abaixo:



3.1.4. Imagem na faixa do CPI-7.



3.2. A solução foi estruturada considerando o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de planejamento, execução, uso, manutenção e descarte, visando garantir maior durabilidade dos serviços, eficiência na aplicação dos recursos públicos e redução de custos ao longo do tempo.

3.3. Planejamento

3.3.1. A fase de planejamento contempla a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Memorial Descritivo e planilha orçamentária, com base em levantamento técnico realizado no imóvel e utilizando como

3.4. Execução

3.4.1. A execução compreende a realização integrada dos serviços de:

- Implantação do canteiro de serviços;
- Isolamento e sinalização das áreas;
- Montagem de andaimes e estruturas de apoio;
- Preparação das superfícies (limpeza, lixamento e remoção de partes soltas);
- Reparos de chapisco, reboco e trincas;
- Aplicação de massa acrílica e textura;
- Aplicação de seladores e impermeabilização;
- Pintura com tinta acrílica em superfícies internas e externas;
- Aplicação de tinta antimoho em áreas específicas;
- Pintura esmalte à base de água em metais e madeira;
- Pintura do muro frontal;
- Limpeza final;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos.

3.5. A execução deverá seguir rigorosamente as normas técnicas da ABNT, normas de segurança do trabalho e recomendações dos fabricantes.

3.6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – TINTA COR TERRACOTA (PADRÃO PREMIUM)

3.6.1. A tinta a ser utilizada nas áreas externas, na cor terracota, deverá ser do tipo **tinta acrílica premium para exteriores**, atendendo às normas técnicas vigentes, especialmente ABNT NBR 11702 e ABNT NBR 15079, devendo possuir, no mínimo, as seguintes características:

- Base: resina acrílica de alta performance;
- Acabamento: fosco ou acetinado, com alta uniformidade;
- Alto poder de cobertura e rendimento elevado;
- Excelente aderência sobre superfícies previamente preparadas;
- Resistência superior às intempéries (chuva, sol, umidade e variações térmicas);
- Alta durabilidade e retenção de cor (baixa descoloração ao longo do tempo);
- Resistência à formação de mofo, algas e fungos (com aditivos antimofos);
- Baixa absorção de água e boa permeabilidade ao vapor;
- Fácil aplicação, com bom nivelamento e acabamento;
- Lavabilidade e resistência à limpeza;
- Baixo odor e baixo teor de compostos orgânicos voláteis (VOC), preferencialmente;
- Secagem rápida entre demãos;
- Vida útil mínima esperada compatível com sistemas premium de mercado (mínimo de 5 anos em áreas externas, quando corretamente aplicada).

3.6.2. A tinta deverá ser aplicada sobre superfícies previamente tratadas com selador acrílico compatível, em no mínimo 2 (duas) a 3 (três) demãos, conforme recomendação do fabricante.

3.6.3. Como referência de qualidade, poderão ser consideradas tintas classificadas como linha **premium ou superior**, tais como produtos amplamente reconhecidos no mercado nacional, **ou equivalentes técnicos**, desde que comprovem desempenho igual ou superior às características acima descritas.

3.6.4. As cores a serem aplicadas (terracota e branco neve) deverão seguir rigorosamente o padrão definido pela CONTRATANTE, podendo ser exigida amostra prévia para aprovação da fiscalização antes da execução.

3.6.5. A CONTRATADA poderá ser solicitada a apresentar amostras dos materiais ou executar áreas teste (painéis) para validação de cor, acabamento e desempenho antes da aplicação em larga escala.

3.7. A CONTRATADA deverá apresentar ficha técnica e boletim do produto para aprovação da fiscalização antes da aplicação.

3.8. Manutenção

3.8.1. A solução contempla a adoção de materiais e técnicas que ampliam o intervalo entre manutenções, reduzindo custos futuros.

3.8.2. A manutenção posterior deverá ocorrer de forma preventiva, com inspeções periódicas das superfícies pintadas, identificação precoce de patologias e execução de reparos pontuais, evitando intervenções de grande porte.

3.9. Descarte e Sustentabilidade

3.9.1. A solução considera a correta gestão dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo:

- Segregação de resíduos da construção civil;
- Destinação para locais licenciados;
- Atendimento às normas ambientais vigentes;
- Utilização racional de materiais;
- Redução de desperdícios.

3.10. Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais com menor impacto ambiental e maior durabilidade, contribuindo para sustentabilidade da contratação.

3.11. Benefícios ao Longo do Ciclo de Vida

3.11.1. A adoção da solução proposta proporciona:

- Aumento da vida útil da edificação;
- Redução de custos com manutenção corretiva;
- Preservação do patrimônio histórico;
- Melhoria da eficiência do gasto público;
- Padronização estética e valorização do imóvel;
- Melhoria das condições de trabalho e segurança dos usuários.

3.12. Uso e Operação

3.12.1. Após a conclusão dos serviços, a edificação passará a apresentar melhores condições de uso, conservação, segurança e salubridade, proporcionando ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades institucionais.

3.12.2. A aplicação de materiais de padrão premium contribuirá para maior resistência às intempéries, umidade e desgaste natural, reduzindo a necessidade de intervenções frequentes.

3.13. Dessa forma, a solução apresenta-se adequada sob os aspectos técnico, econômico e ambiental, atendendo aos princípios da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento, eficiência e sustentabilidade ao longo do ciclo de vida do objeto.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os requisitos técnicos, operacionais, legais e de desempenho necessários à adequada execução dos serviços de manutenção e pintura predial do Comando de Policiamento do Interior Sete - CPI-7, garantindo qualidade, durabilidade, segurança e preservação do patrimônio público.

4.2. Requisitos Gerais

- A CONTRATADA deverá ser empresa especializada na execução de serviços de pintura predial e manutenção de edificações;
- Deverá possuir capacidade técnica comprovada por meio de atestados de desempenho anterior compatíveis com o objeto;
- Deverá dispor de mão de obra qualificada, equipamentos, ferramentas e estrutura operacional adequados à execução dos serviços;
- Os serviços deverão ser executados conforme as normas técnicas da ABNT, legislações vigentes e orientações da fiscalização;
- Deverá ser garantida a preservação das características arquitetônicas do imóvel, por tratar-se de patrimônio histórico.

4.3. Vistoria Técnica Prévia

4.3.1. Antes da apresentação da proposta, a proponente deverá examinar todos os documentos fornecidos pela CONTRATANTE, podendo, ainda, realizar vistoria prévia no local onde serão executados os serviços.

4.3.2. A vistoria tem por finalidade o levantamento de quantitativos, identificação de condições reais de execução e esclarecimento de eventuais dúvidas.

4.3.3. A licitante poderá realizar vistoria prévia no local de execução dos serviços, sendo recomendada para pleno conhecimento das condições existentes. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para alterações contratuais, acréscimos de custos ou descumprimento das obrigações.

4.3.4. Eventuais omissões, dúvidas ou falhas deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATANTE, por escrito, antes da apresentação da proposta, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições locais.

4.4. Requisitos Técnicos dos Materiais

4.4.1. Todos os materiais empregados deverão:

- Atender às normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- Ser novos, de primeira linha e sem uso;
- Apresentar qualidade compatível com padrão **premium ou superior**;
- Possuir procedência comprovada;
- Ser previamente aprovados pela fiscalização.

4.5. Tintas e Revestimentos

4.5.1. As tintas e revestimentos, especialmente para áreas externas na cor terracota, deverão obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos:

- Classificação como tinta acrílica premium conforme ABNT NBR 11702;
- Atendimento à ABNT NBR 15079 (desempenho);
- Alta resistência às intempéries, raios UV e umidade;
- Elevada durabilidade e retenção de cor;
- Resistência à formação de mofo, fungos e algas;
- Alto poder de cobertura e aderência;
- Baixa absorção de água;
- Lavabilidade e resistência ao desgaste;
- Compatibilidade com os sistemas de preparação.

4.6. Não serão aceitos materiais classificados como econômicos ou standard.

4.7. A CONTRATADA deverá apresentar ficha técnica e boletim dos produtos para aprovação prévia da fiscalização.

4.8. Requisitos de Execução

- Os serviços deverão seguir rigorosamente o Memorial Descritivo e a planilha orçamentária;
- Deverão ser observadas as recomendações dos fabricantes dos materiais;
- As superfícies deverão ser devidamente preparadas antes da aplicação das tintas;
- A aplicação deverá ocorrer em número de demãos suficiente para garantir cobertura e acabamento uniforme;
- Deverá ser garantida a uniformidade de cores, especialmente nas áreas externas na cor terracota e internas na cor branco neve;
- A execução deverá minimizar impactos às atividades administrativas do CPI-7.

4.9. Segurança do Trabalho

- 4.9.1. A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente: NR-06 (EPI);
- R-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção);
- NR-35 (Trabalho em Altura).

4.10. Será obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC), bem como a sinalização e isolamento das áreas de risco.

4.11. Sustentabilidade

4.11. A CONTRATADA deverá:

- Realizar a segregação de resíduos da construção civil;
- Promover destinação ambientalmente adequada;
- Utilizar materiais com maior durabilidade;
- Reduzir desperdícios de materiais, água e energia;
- Atender à Resolução CONAMA nº 307 e normas ambientais aplicáveis.

4.12. Responsabilidade Técnica

4.12.1. A CONTRATADA deverá:

- Indicar responsável técnico habilitado;

- Emitir ART ou RRT dos serviços;
- Manter responsável técnico durante toda a execução contratual.

4.13. Garantia dos Serviços

4.13.1. A CONTRATADA será responsável pela qualidade e durabilidade dos serviços, sendo obrigada a refazer, sem ônus, quaisquer serviços que apresentem falhas dentro do período de garantia.

4.13.2. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima, nos termos da legislação aplicável, sendo a CONTRATADA responsável por:

- Corrigir falhas decorrentes de execução inadequada;
- Refazer serviços que apresentem defeitos;
- Responder por vícios de qualidade e desempenho.

4.14. O uso de materiais inadequados ou fora das especificações implicará responsabilidade integral da CONTRATADA, não afastando suas obrigações durante o período de garantia.

4.15. Documentação Técnica

4.15.1. Antes do início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar:

- ART/RRT;
- Cronograma de execução;
- Fichas técnicas dos materiais;
- Plano de execução dos serviços, se solicitado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O modelo de execução do objeto define a forma como os serviços de manutenção e pintura predial serão realizados, estabelecendo as etapas, métodos, responsabilidades, prazos e critérios técnicos necessários para garantir a adequada execução contratual.

5.2. Início da Execução

5.2.1. A execução dos serviços terá início após:

- Emissão da Ordem de Início dos Serviços – OIS;
- Apresentação e aprovação da ART/RRT;
- Apresentação das fichas técnicas dos materiais;
- Reunião inicial com a fiscalização.

5.3. Etapas de Execução

5.3.1. Os serviços deverão ser executados conforme as seguintes etapas:

a) Planejamento e Mobilização

- Vistoria técnica inicial;
- Reunião de alinhamento com a fiscalização;
- Mobilização de equipe, equipamentos e materiais;
- Implantação do canteiro de serviços;
- Instalação de containers, quando aplicável;
- Sinalização e isolamento das áreas.

b) Serviços Preliminares

- Instalação de placa de obra;
- Montagem de andaimes e estruturas de apoio conforme normas vigentes;
- Proteção de áreas, equipamentos e instalações existentes;
- Adequação do local de trabalho.

c) Preparação das Superfícies

- Limpeza geral das superfícies;
- Remoção de pinturas deterioradas;
- Lixamento e eliminação de partículas soltas;
- Tratamento de fungos, mofo e manchas;
- Correção de imperfeições, trincas e fissuras;
- Execução de chapisco e reboco, quando necessário.

d) Tratamento e Regularização

- Aplicação de fundo preparador;
- Aplicação de massa acrílica em camadas finas, com lixamentos intermediários;
- Aplicação de seladores compatíveis;
- Execução de impermeabilização em áreas necessárias.

e) Aplicação de Revestimentos e Pintura

- Aplicação de textura acrílica nos locais definidos;
- Pintura com tinta acrílica premium em áreas externas (cor terracota);
- Pintura em áreas internas (cor branco neve);
- Aplicação de tinta antimoho em áreas sujeitas à umidade;
- Pintura com esmalte à base de água em superfícies metálicas e madeira;
- Execução em 2 ou 3 demãos, conforme especificação técnica.

f) Serviços Complementares

- Pintura do muro frontal;
- Acabamentos finais;
- Correções e retoques;
- Revisão geral dos serviços executados.

g) Limpeza Final

- Limpeza completa das áreas internas e externas;
- Remoção de resíduos, materiais e equipamentos;
- Destinação adequada dos resíduos gerados;
- Entrega da obra em perfeitas condições de uso.

5.4. Local de Execução

Os serviços serão executados na **sede do Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7, situada na Rua Bento Manoel Ribeiro, nº 209, Vila São Caetano, Sorocaba/SP.**

5.5. Condições de Execução

- Os serviços deverão ser executados de forma contínua e organizada;
- Deverão ser minimizados os impactos às atividades administrativas;
- As áreas de trabalho deverão permanecer isoladas e sinalizadas;
- A CONTRATADA deverá manter o local limpo e seguro durante toda a execução;
- Deverão ser observadas as condições climáticas adequadas para aplicação das tintas.

5.6. Controle e Fiscalização

- A execução será acompanhada por fiscal designado pela CONTRATANTE;
- Poderão ser realizadas inspeções a qualquer tempo;
- Materiais e serviços poderão ser rejeitados caso não atendam às especificações;
- A CONTRATADA deverá atender prontamente às determinações da fiscalização.

5.7. Materiais e Equipamentos

- Todos os materiais serão fornecidos pela CONTRATADA;
- Os materiais deverão atender às especificações técnicas e padrão premium;
- Equipamentos e ferramentas deverão estar em perfeito estado de uso;
- AndAIMES deverão atender às normas de segurança (NR-18 e NR-35).

5.8. Segurança do Trabalho

- Uso obrigatório de EPI e EPC;
- Isolamento das áreas de risco;
- Atendimento integral às normas de segurança;
- Responsabilidade da CONTRATADA pela integridade física de trabalhadores e terceiros.

5.9. Responsabilidade da Contratada

- Executar os serviços conforme especificações técnicas;
- Garantir a qualidade e durabilidade dos serviços;
- Corrigir falhas sem ônus para a Administração;
- Responsabilizar-se por danos causados ao patrimônio;
- Cumprir prazos estabelecidos.

5.10. Responsabilidade da Contratante

- Disponibilizar acesso ao local;
- Fornecer informações técnicas existentes;
- Acompanhar e fiscalizar a execução;
- Efetuar os pagamentos conforme contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da Contratada, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução

contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará critérios objetivos de qualidade, desempenho e conformidade dos serviços executados, vinculando-se os pagamentos aos resultados efetivamente entregues e verificados pela fiscalização da CONTRATANTE, nos termos deste Termo de Referência, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e normas técnicas aplicáveis.

7.1.1. A fiscalização acompanhará a execução dos serviços quanto à qualidade dos materiais empregados, regularidade do acabamento, observância das especificações técnicas, cumprimento dos prazos, atendimento às normas de segurança do trabalho e adequação dos procedimentos executivos.

7.1.2. Serão considerados, para fins de avaliação da execução contratual:

I – conformidade dos serviços executados com as especificações técnicas e normas aplicáveis;

II – utilização de materiais compatíveis com o padrão de qualidade exigido;

III – cumprimento do cronograma físico-financeiro;

IV – adequada preparação das superfícies e execução dos acabamentos;

V – atendimento às exigências de segurança, limpeza e organização do ambiente de trabalho;

VI – correta destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

7.1.3. Constatadas irregularidades, falhas de execução, utilização de materiais em desacordo com as especificações ou serviços executados com qualidade inferior à exigida, a CONTRATADA será notificada para promover a imediata correção das inconformidades, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.1.4. Poderá haver retenção ou glosa proporcional nos pagamentos referentes às etapas executadas em desacordo com as condições contratuais, até a regularização das pendências identificadas pela fiscalização.

7.1.5. A medição dos serviços executados será realizada com base nas etapas efetivamente concluídas e aceitas pela fiscalização, conforme quantitativos previstos na Planilha Orçamentária nº CPI-7-006-40-26, elaborada com base na Tabela de Custos Referencial CDHU – versão 201 de fevereiro de 2026, e no Cronograma Físico-Financeiro integrante deste Termo de Referência.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ([Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará conforme medições executadas por etapa, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.16. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.18. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.20. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.23. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.24.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.26.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, considerando que os serviços possuem escopo previamente definido, quantitativos estimados, especificações técnicas detalhadas, cronograma físico-financeiro e solução integrada, permitindo a execução completa do objeto com maior eficiência administrativa, melhor controle contratual e redução de riscos de aditivos decorrentes de medições fragmentadas.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, no caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.30. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Valor (R\$): 538.093,52 (Quinhentos e trinta e oito mil, noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

9.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento técnico realizado pela Administração, considerando as características do objeto, os quantitativos apurados e as especificações constantes no Memorial Descritivo.

9.2. Para a composição dos custos, foi adotada como referência a **Tabela de Custos Referencial da CDHU – versão 201 (fevereiro de 2026)**, amplamente utilizada para serviços de engenharia no âmbito do Estado de São Paulo, garantindo maior fidedignidade aos valores estimados e aderência aos preços praticados no mercado.

9.3. O valor estimado detalhado da contratação encontra-se discriminado na **Planilha Orçamentária nº CPI-7-006-40-26**, anexa a este Termo de Referência, a qual constitui parte integrante deste documento.

9.4. Ressalta-se que os valores apresentados possuem caráter estimativo, servindo como parâmetro para análise da vantajosidade das propostas a serem apresentadas no certame, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: UGE 180156

II) Fonte de Recursos: 001 (TESOURO)

III) Programa de Trabalho: 180402

IV) Elemento de Despesa: 33903979

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICEIA CAVALHEIRO MAIA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 17:21:00.



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIA MILITAR DO INTERIOR SETE CPI-7
SETOR DE PROJETOS

www.policiamilitar.sp.gov.br
cpi7logistica@policiamilitar.sp.gov.br



VAMOS TODOS JUNTOS. NINGUÉM FICA PARA TRÁS.

MEMORIAL DESCRITIVO Nº CPI7 – 006/40/26

1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. O Presente trabalho deve ser detalhadamente analisado em todas as suas peças, ficando claro que os sistemas ou elementos apontados em quaisquer das peças devem ser considerados como se estivessem estabelecidos em todas e os que não forem relatados entender-se-ão conforme CAPÍTULO IV DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO, Artigo 98 - Considera-se “obra e serviço”, para fins destas Instruções, toda intervenção humana planejada, incidente em bem imóvel (terreno ou edificação), objetivando a sua simples conservação, modificação ou benfeitoria, § 2º - Obras e serviços de segundo escalão compreendem as reformas, que acarretam modificações estruturais ou patrimoniais no imóvel da I-38-PM instruções para administração de bens imóveis, ABNT ou NBR respectivas;
- 1.2. Antes da apresentação da proposta, a proponente deverá examinar os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE, bem como vistoriar previamente o local onde serão executados os serviços, a fim de levantar suas quantidades e também eventuais dúvidas, omissões ou falhas, as quais deverão ser levadas por escrito ao conhecimento da CONTRATANTE até 2 (dois) dias úteis antes do processo licitatório para deliberação e saneamento, se for o caso;
- 1.3. Não serão aceitas reclamações posteriores à licitação, relativas a serviços não previstos, divergências de cálculo quantitativo e/ou falhas do projeto básico;
- 1.4. A mão de obra será de inteira responsabilidade da Contratada e de primeira qualidade, devendo ser especializada para a obra ora licitada;
- 1.5. Equipamentos e materiais: deverão ser devidamente adequados para finalidade específica do presente Memorial Descritivo, de acordo com as normas pertinentes ao serviço. Os materiais empregados deverão obedecer às especificações contidas no presente Memorial Descritivo;
- 1.6. A execução deverá estar de acordo com o disposto no presente Memorial Descritivo, Edital de Licitação, Ordem de Execução de Serviço e Supervisão do Contratante e demais normas relativas à boa técnica do ramo;
- 1.7. Ficará a critério da Fiscalização da contratante impugnar e mandar demolir/ refazer trabalhos executados em desacordo as normas vigentes e os especificados neste projeto básico, os quais serão refeitos pela Contratada sem quaisquer ônus para a Contratante;

- 1.8. A execução dos serviços deverá se pautar:
- 1.9. Pela legislação e normas em vigor (principalmente as normas técnicas aplicáveis ao País), inclusive aquelas pertinentes às Concessionárias de Serviços Público que porventura sejam envolvidas no processo (Concessionárias de Água e Esgoto, Telefonia, Gás etc.);
- 1.10. Pelo disposto neste Memorial Descritivo;
- 1.11. Pelo disposto no Edital de Licitação e, consequentemente, no contrato firmado entre as partes (Empresa CONTRATADA e Polícia Militar do Estado de São Paulo – CONTRATANTE)
- 1.12. Pelas determinações formais emanadas pela CONTRATANTE; e pelas boas técnicas do ramo.
- 1.13. A CONTRATADA deverá refazer ou substituir, sem ônus para o CONTRATANTE, os serviços que apresentarem defeitos de material ou vícios de execução
- 1.14. Garantia: a Contratada deverá oferecer, por escrito, garantia de 05 (cinco) anos sobre os serviços realizados e materiais empregados, contados a partir da entrega dos serviços nos termos do art. 140, § 6º da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021.
- 1.15. “Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias” (Brasil, 2021).
- 1.16. As especificações técnicas para mão de obra e serviços contidas em planilha orçamentaria estão referenciadas na Tabela de custos referencial **CDHU – versão 201 de fevereiro de 2026**.
- 1.17. Antes de ser iniciada qualquer obra de demolição, as linhas de abastecimento de energia, dados, telefonia e água, devem ser protegidas e não danificadas, respeitando às normas e determinações em vigor. As redes de água, gás e outros inflamáveis e de escoamento de água pluvial deverão ser desligadas e realizado ligações provisórias para não haver o desabastecimento. Para tanto a CONTRATADA deverá entrar em contato com as concessionárias para a realização de tais procedimentos, sendo que tudo que for desligado, retirado, protegido e isolado, deverá ser reestabelecido pela contratada conforme anteriormente existente no prédio existente.

2. DESENVOLVIMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

2.1 Visando à conservação do patrimônio público imobiliário e proteção do Prédio e usuário, bem como atender as exigências contidas nas legislações em vigor e especificações contidas nas normas técnicas brasileiras, serão contratados os serviços de aplicação de pintura esmalte nas portas e janelas, pintura das paredes externas, corredores internos, sala de reuniões, cabine primária e reservatório de água principal, aplicação de textura nos prédios das alas “A” e “B”, prédio da banda, rancho, balaústre, passadiço, pilares e prédio estado maior do Comando de Policiamento do Interior Sete-CPI-7 no Município de Sorocaba-SP, incluindo fornecimento total de mão-de-obra e materiais, bem como a disponibilização de equipamentos e maquinários necessários à implementação do projeto em 90 (noventa) dias, devendo obedecer ao estabelecido neste Memorial Descritivo.

3. DIRETRIZES GERAIS DA INTERVENÇÃO:

- 3.1. Adequação a legislação ambiental – Nos requisitos que dependem de obras civis será observado o tratamento técnico necessário;
- 3.2. Segurança estrutural de acordo com as normas de segurança;
- 3.3. Funcionalidade – O projeto irá buscar otimizar a funcionalidade das instalações dentro das possibilidades de intervenção propostas neste projeto;
- 3.4. Economicidade – Compreende a busca materiais e mão de obra que tenham o menor custo, sem desprezar a qualidade e funcionalidade;
- 3.5. Revitalização e zelo de um espaço público muito importante para a comunidade, que terá a seu dispor um ambiente acolhedor e com melhores condições de atender o público interno e externo.

4. SOLUÇÕES TÉCNICAS A SEREM SEGUIDAS

- 4.1. A mão de obra será de inteira responsabilidade da CONTRATADA e de primeira qualidade, devendo ser especializada para os serviços ora contratados. Os equipamentos de segurança individuais (EPIs) deverão ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, sendo que os profissionais que executarem serviço sem o devido equipamento, deverão ser substituídos pela CONTRATADA;
- 4.2. O pessoal empregado pela CONTRATADA deverá ser identificado;
- 4.3. Os equipamentos deverão ser devidamente adequados para a finalidade específica do presente Projeto Básico, de acordo com as normas técnicas pertinentes ao serviço, e fornecidos pela empresa CONTRATADA;
- 4.4. Os materiais e técnicas adotadas deverão ser os usuais em nosso padrão atual de engenharia, de forma a atender as normas técnicas oficiais e os textos legais em vigor, visando a melhor razão custo/benefício, além de evitar materiais e técnicas especiais, que dificulte sua manutenção ou eventual reparo;

4.5. Os serviços poderão discorrer de segunda a sexta, nos horários compreendidos das 07:00 às 18:00, excetuando-se feriados, pontos facultativos, cumprindo a jornada mínima semanal estabelecida para cada profissão, devendo haver um acordo prévio, ciência e autorização da Fiscalização em casos contrários ao usualmente;

4.6. **O setor em obras deverá ser devidamente isolado pela CONTRATADA**, a qual manterá controle para que somente pessoas envolvidas com a atividade tenham acesso ao local;

4.7. Todas as EMPRESAS interessadas em participar da licitação, poderão anteriormente realizar visita in loco, a fim de tomar conhecimento dos serviços a serem realizados, deverão respeitar o presente Projeto Básico e demais normas relativas à boa técnica do ramo.

5. SERVIÇOS PRELIMINARES E PROVISÓRIAS E CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS:

5.1. Cuidados especiais deverão ser adotados no caso de armazenamento dos materiais a serem utilizados na execução da obra;

5.2. No caso de materiais perecíveis, tais como, cimento, aditivos etc., devem ser tomadas medidas especiais para a correta proteção, evitando-se infiltrações de água e outros líquidos nos depósitos destes materiais;

5.3. Todos os elementos utilizados durante o serviço deverão ser mantidos em permanente estado de limpeza, higiene e conservação;

5.4 A CONTRATADA deverá entregar relatórios de execução e qualidade, incluindo fotos documentos de conformidade e certificações.

5.5. A CONTRATADA deverá emitir a ART/RRT com a responsabilidade do profissional relacionado à empresa, estando em conformidade com as Leis Federais nº 6.496/77 e nº 12.378/10 da execução dos serviços envolvidos, assinados por profissionais credenciados pelo CREA/CONFEA/CAU, conforme Leis Federais nº 5.194/66 e nº 12.378/10, respectivamente e encaminhar cópias ao Contratante no ato da assinatura da ordem de execução dos serviços;

6. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. ETAPAS DOS SERVIÇOS:

6.2. Local: sede do CPI-7, localizado na Rua: Bento Manoel Ribeiro, 209 – Vila São Caetano, Sorocaba/SP.

6.2.1. Vistoria técnica e levantamento de dados com ante projeto da edificação e laudo técnico de vistoria fornecidos pela seção de engenharia do CPI-7;

- 6.2.2. Reunião de Coordenação de Projetos;
- 6.2.3. Mobilização de equipe e equipamentos;
- 6.2.4. Execução dos serviços;
- 6.2.5. Vistoria técnica fiscal;
- 6.2.6. Emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 6.2.7. Limpeza Final

7. Escopo dos Serviços

- 7.1.1. Serviços Preliminares, remoções e demolições;
- 7.1.2. Serviços de aplicação de textura e pintura;
- 7.2. Limpeza.

8. PREPARAÇÃO INICIAL

- 8.1. Análise e Planejamento
- 8.2. A CONTRATANTE disponibilizará um local para adequação dos materiais, fornecerá informações para instalação dos equipamentos;
- 8.3. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o isolamento da área de trabalho para garantir a segurança e a mobilização do canteiro de obras, para efeito deste MEMORIAL, compreende todas as instalações provisórias junto à área das intervenções, com a finalidade de garantir as condições adequadas de trabalho, abrigo, segurança e higiene a todos os elementos envolvidos, direta ou indiretamente, na execução e identificação, em conformidade às normas técnicas vigentes;
- 8.4. Cuidados especiais deverão ser adotados no caso de armazenamento dos materiais a serem utilizados na execução da obra, os materiais deverão ser acondicionados em lugares apropriados para o armazenamento como contêineres e bunkers devidamente trancados.
- 8.5. No caso de materiais perecíveis, tais como, cimento, aditivos etc, devem ser tomadas medidas especiais para a correta proteção, evitando-se infiltrações de água e outros líquidos nos depósitos destes materiais;
- 8.6. O local para a instalação do canteiro de serviço será definido pela Fiscalização e Gestão;
- 8.7. O canteiro de serviços instalado pela Contratada deverá contar, de acordo com a natureza de cada uma de suas etapas, com todos os equipamentos, maquinários, ferramentas etc., necessários à sua boa execução.

9. Execução dos Serviços

9.1. Serviços Preliminares, remoções e demolições:

9.2. A confecção de placa de obras deverá ocorrer após a reunião de execução dos serviços bem como, autorizado pelo Fiscal e Gestor, conforme especificações técnicas contidas em no Memorial Descritivo e tabela de custos referencial CDHU – versão 201 de fevereiro de 2026;

9.2.1. fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para instalação de placa para identificação da obra, englobando os módulos referentes às placas do Governo do Estado de São Paulo, da empresa Gerenciadora, e do cronograma da obra, constituída por: chapa em aço galvanizado nº16 ou nº18, com tratamento anticorrosivo resistente às intempéries; Fundo em compensado de madeira, espessura de 12 mm; requadro e estrutura em madeira; Marcas, logomarcas, assinaturas e título da obra, conforme especificações do Manual de Padronização de Assinaturas do Governo do Estado de São Paulo e da empresa Gerenciadora;

9.3. A locação dos contêineres deverá ocorrer após a reunião de execução dos serviços bem como autorizados pelo Fiscal e Gestor, seguindo as seguintes especificações técnicas contidas em no Memorial Descritivo e tabela de custos referencial CDHU – versão 201 de fevereiro de 2026;

9.3.1. será medido por unidade de container multiplicado pelo número inteiro de meses alocado na obra (un x mês), locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²;

9.3.2. Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos para chuveiro - área mínima de 13,80 m²;

9.4. Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²;

9.5. Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico, será medido pela altura de andaime em torre multiplicado pelo período em meses de locação, altura da torre a partir de 2,00 m (m x mês).

2) O item remunera o fornecimento de locação de andaime tubular tipo torre metálico com base quadrada (1,5 x 1,5 m), mão de obra necessária para transporte interno na obra: Quadros de base com travamentos e rodas emborrachadas para locomoção; guarda-corpo e rodapé, plataforma e quadros com escada; pisos metálicos. Utilizado somente para postes e pontos localizados; não substitui o andaime fachadeiro. conforme NR 18 e/ou normas vigentes;

9.6. Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m; remunera o fornecimento da mão de obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e translado interno na obra, para andaimes em torres com até 10 m de altura.

9.7. Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal, medido por volume de entulho retirado e não misturado, aferido na caçamba (m³). o item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra ou alvenaria ou concreto ou argamassa ou madeira ou papel ou plástico ou metal até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, acondicionados em caçambas distintas, sem mistura de material, abrangendo:

- 9.7.1. a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas;
- 9.7.2. b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;
- 9.7.3. c) Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;
- 9.7.4. d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;
- 9.7.5. e) A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados.
- 9.7.6. f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação;
- 9.7.7. g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004.

9.8. Remoção de pintura em massa com lixamento, remunera o fornecimento de materiais e a mão-de-obra necessária para a remoção da tinta em massa com lixamento nos locais externos junto ao barrado dos prédios e laterais das alas “A” e “B” nos panos de paredes onde a tinta soltando das paredes;

9.9. **EXECUÇÃO E APLICAÇÕES GERAIS:**

9.10. Serviços de aplicação massa corrida à base de resina acrílica (paredes externas), remunera o fornecimento de massa corrida de base acrílica, para aplicação nos pontos de remoção de tinta e tratamento de paredes para a pintura, produto com ótima resistência às intempéries; referência comercial Suvinil massa acrílica fabricação Suvinil / Glasurit, ou massa FC fabricação Fusecolor, ou massa Especial para fachadas da Retinco ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, remoção de partes soltas, manchas gordurosas, cal, ou fungos, conforme recomendações do fabricante; aplicação da massa em várias demãos (2 ou 3 demãos), em camadas finas com lixamentos intermediários, conforme especificações do fabricante, lixamento final e remoção do pó da superfície emassada.

9.11. Tinta látex em massa, inclusive preparo, neste item, será medido pela área de superfície preparada e pintada, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas, filetes ou molduras. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas, filetes ou molduras desenvolvidas (m²), remunera o fornecimento de selador de tinta para pintura; tinta látex standard, diluente em água; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; em 2 ou 3 demãos, conforme especificações do fabricante, sobre superfície revestida com massa internas ou externas; referência comercial Látex acrílico fosco Standard fabricação Coral, Basf Suvinal (Suvinil Construções), Basf Standard fabricação Glasurit, Novacor fabricação Sherwin Willians, Eucatex acrílico extra Standard fabricação Eucatex ou equivalente. Normas técnicas: NBR 11702 e NBR 15079,.

9.12. Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo, cores branca e terra cota, neste item será medido pela área de superfície preparada e pintada, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas, filetes ou molduras. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas, filetes ou molduras desenvolvidas (m²). O item remunera o fornecimento de selador de tinta para pintura acrílica, tinta plástica à base de resina acrílica acetinado fosco, aditivada com Bacterkill (agente fungicida), solúvel em água, acabamento semibrilho, específica para prevenção da proliferação de fungos e mofo, com resistência à umidade em ambientes frios ou quentes, tais como saunas, lavanderias, câmaras frias e locais com vapores ou condensação de água; referência comercial Metalatex Antimoho fabricação Sherwin Williams ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta, em 2 ou 3 demãos sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e as normas NBR 11702 e NBR 15079.

9.13. Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo, será medido pela área de superfície pintada, deduzindo-se toda e qualquer interferência (m²). 2) O item remunera o fornecimento de selador para textura acrílica; revestimento texturizado 100% acrílico, cor branca, sem agregados minerais, para uso interno ou externo; referência comercial Texturatto efeito suave da Suvinil ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para os serviços de: limpeza, lixamento e remoção do pó, aplicação do revestimento texturizado acrílico, em uma demão, sem diluição do produto, conforme recomendações do fabricante.

9.14. Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo, Será medido por área de superfície preparada e pintada (m²), remunera o fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semi-brilho, ou brilhante; uso geral para exteriores e interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: de limpeza da superfície, conforme recomendações do fabricante; aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), fundo para metais e madeira à base de água; sobre superfícies de metais, alumínio, galvanizados, madeira e alvenaria, conforme especificações do fabricante.

9.15. Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo, remunera o fornecimento de fundo à base em água, para superfície de madeira, o fornecimento de tinta esmalte à base em água, acabamento acetinado ou brilhante ou fosco, conforme norma NBR 11702, referência tinta esmalte referência Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor, ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta esmalte, em várias demãos (3 ou mais demãos), sendo a primeira demão aplicada como fundo selante, conforme especificações do fabricante;

9.16. Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca medido por área de superfície com impermeabilização executada (m²), item remunera o fornecimento de impermeabilização flexível para moldagem no local, à base de polímeros acrílicos, compreendendo: a) Membrana à base de polímeros acrílicos dispersos em meio aquoso, com as características técnicas: - Coloração branca, resistente às intempéries, a ozona, aos raios ultravioletas e a névoa salina; não necessita proteção mecânica; referência comercial Denvercrl Super da Dever Global, Hey'dicryl da Viapol, Vedapren Branco da Otto Baumgart, Igolflex Branco da Sika ou equivalente desde que atenda às exigências mínimas da norma NBR 13321 e às características técnicas acima descritas; Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços, inclusive limpeza da superfície. Não remunera o fornecimento e instalação de reforço têxtil sintético, quando necessário.

9.17. Chapisco, item remunera o fornecimento de cimento, areia e a mão-de-obra necessária para a execução do chapisco;

9.18. Reboco, remunera o fornecimento de cal hidratada, areia e a mão de obra necessária para a execução do reboco;

9.19. Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa, será medido pelo comprimento de trincas reparadas (m), remunera o fornecimento de: fundo preparador, referência fundo preparador de paredes, da Suvinil ou equivalente; diluente, referência Diluente 6870 da Suvinil ou equivalente; impermeabilizante acrílico, referência Suviflex da Suvinil ou equivalente; emulsão acrílica para vedação de trincas, referência Selatrinca da Suvinil ou equivalente; fita autoadesiva em poliéster, referência Fitafix ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: abertura da trinca formando um V, com largura até 10 mm e profundidade de até 8 mm; lixamento e remoção do pó; aplicação de uma demão do fundo preparador com diluente, preparado na proporção 2:1 (duas partes de fundo preparador e uma parte de diluente); aplicação da emulsão acrílica vedante, em duas etapas, sendo a segunda 24 horas após a primeira; uma demão de impermeabilizante acrílico, diluído com 10% de água; colagem da fita autoadesiva; aplicação, sobre a fita adesiva, da segunda demão de impermeabilizante acrílico, diluído com 10% de água, em superfícies que apresentam trincas rasas com até 5 mm de largura, na massa.

9.20.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Capacitação técnica:

7.1.1. as empresas licitantes deverão comprovar na data de entrega da proposta que possui(em):

7.1.2. capacidade técnico-operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução. Os atestados devem corresponder a 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância do objeto licitado, relacionadas na tabela a seguir:

Tabela 1 - Capacidade técnico-operacional

Nº	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA (%)	UNIDADE	QUANT. TOTAL	QUANT. EXIGIDA (50%)
1	CDHU	13455	Obras Civas - Pequenas Obras / Pintura em Geral	50%	m²	3808,70m²	1904,35

7.1.2.1. capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

Tabela 2 - Capacidade técnico-profissional

ITEM	FONTE	DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA (%)	UNIDADE	CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL
1	CDHU	Obras Civas - Pequenas Obras / Pintura em Geral	50%	m ²	ENGENHEIRO CIVIL ou ARQUITETO

10. LIMPEZA FINAL

10.1. Após a conclusão da obra, de acordo com as determinações da Fiscalização, o canteiro de serviços e os demais ambientes envolvidos deverão ser totalmente limpos, procedendo-se a desmontagem de suas instalações, executando-se demolições necessárias, eliminação de todas as interferências, removendo-se todo o entulho e materiais inservíveis (restituição da área em condições de utilização); Todos os elementos utilizados durante o serviço deverão ser mantidos em permanente estado de limpeza, higiene e conservação;

10.2. O local deverá ser entregue completamente limpo, interna e externamente, com todas as instalações em perfeito funcionamento.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

11.1. Execução:

11.2. Não poderão ser executados serviços não previstos em contrato sem motivação prévia e autorização do Contratante;

11.3. O início das obras está condicionado a expedição da Ordem de Início dos serviços (OIS);

11.4. Deverão ser emitidas ART/RRT com a responsabilidade do profissional relacionado à empresa, estando em conformidade com as Leis Federais nº 6.496/77 e nº 12.378/10 da execução dos serviços envolvidos, assinados por profissionais credenciados pelo CREA/CONFEA/CAU, conforme Leis

Federais nº 5.194/66 e nº 12.378/10, respectivamente e encaminhar cópias ao Contratante no ato da assinatura da ordem de execução dos serviços;

11.5. Todo transporte de equipamentos ou materiais deve ser realizado dentro das normas de segurança e por conta da contratada;

11.6. Caberá somente ao Contratante a suspensão de itens considerados desnecessários, os quais serão subtraídos do valor global;

11.7. Na execução dos serviços poderá haver adaptações para a adoção de materiais com padrão comercial de produção. Neste caso deverão ser aprovadas pelo Contratante eventuais alterações em relação ao projeto básico apresentado;

11.8. Todas as normas e legislação citadas neste projeto básico deverão ser consultadas pela Contratada e verificadas quanto a possível atualização, revogação ou derrogação, devendo ser aplicado o texto normativo (ou legal) em vigor, respeitando os períodos de vacância (se aplicado);

11.9. Havendo conflito de aplicabilidade entre a norma ou legislação em vigor e o texto deste projeto básico, deverá a contratante ser imediatamente informada, por escrito, para manifestação da forma a proceder valendo-se do princípio da autotutela administrativa e da supremacia do interesse público.

11.10. Preços:

11.11. A Contratada deverá apresentar proposta comercial contendo quantidade dos serviços de mão de obra e material, de acordo com o contido neste Memorial Descritivo, e ainda o preço global da proposta.

11.12. Prazos:

11.13. De início: imediato, a contar da assinatura do contrato, emissão da Ordem de Início de Serviço e liberação da Nota de Empenho.

De execução: 90 (noventa) dias, excluindo os dias que implicarem em parada da obra, conforme liberação da fiscalização e aprovação do Contratante.

11.14. De observação: 90 (noventa) dias após o recebimento da obra.

11.15. De garantia: 05 (cinco) anos.

11.16. De validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

11.17. Profissionais:

11.18. O pessoal empregado deverá ser competente para a execução da obra, além de serem identificados previamente, portar crachá de identificação fornecido pela Contratada, cabendo à fiscalização da contratante e à segurança da Unidade, a proibição da entrada e permanência de indivíduos considerados suspeitos e indesejáveis, ou que de alguma forma representem prejuízos à segurança da OPM no local da obra.

12. Vistoria:

12.1. As licitantes poderão vistoriar o local da obra a fim de conhecer as condições físicas, peculiaridades e quantidades envolvidas. Os quantitativos apresentados devem ser confirmados "in loco" pelos licitantes, incluindo-os em seus custos, a não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para alterações contratuais, acréscimos de custos ou descumprimento das obrigações.

13. Observações:

13.1. As garantias para a Administração Pública são aquelas previstas na legislação e os demais dispositivos legais vigentes que regem a matéria;

13.2. A Contratada deverá cumprir rigorosamente o disposto na CLT e especificamente o disposto na Lei nº 6514, de 22 de dezembro de 1977 e na portaria nº 3214, de 08 de junho de 1978 e suas Normas Regulamentadoras. As irregularidades constatadas pela Fiscalização do Contratante deverão ser de prontamente sanadas. A Contratada deverá manter o canteiro de obras sempre limpo.

14. Anexo I- Projeto Estrutural Folha 01 para muro de contenção em cortina de concreto armado;

14.1. Anexo II- Projeto Estrutural Folha 02 para muro de contenção em alvenaria armada;

14.2. Anexo III- Memorial de Cálculo;

14.3. Anexo IV- Parecer Técnico de Patologias.

Sorocaba, 11 de maio de 2026

Elaborado por:

EDGAR SOARES DOS SANTOS
Cb PM Aux. Setor de de Projetos
Engenheiro Civil

Conferido por:

JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA
1º Ten PM Chefe Comunicação Social

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE									
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E FINANÇAS									
SEÇÃO DE PROJETOS DA LOGÍSTICA CPI-7									
Rua Bento Manuel Ribeiro, nº 209 - Bairro Jd. São Caetano, Sorocaba/SP.									
Planilha Orçamentária nº N° CPI-7- 006-40-26 - Referente Memorial Descritivo N° CPI-7- 006-40-26									
APLICAÇÃO DE MASSA ACRÍLICA, TEXTURA, PINTURAS DIVERSAS NAS PAREDES INTERNAS E EXTERNAS DOS PRÉDIOS DA ALA “A” E ALA “B” MUROS, CAIXA D’ÁGUA, BANDA, RANCHO E SEDE DO ESTADO MAIOR DO CPI-7							ÁREA:	3808,70m²	PRAZO: 90dias
BEC SIAFÍSICO		N° 65218 - SERVIÇO DE REPAROS / MANUTENÇÃO				BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - ORÇAMENTO E CDHU 201-2026			
COMPRAS.GOV		N° 13455	Obras Cívis - Pequenas Obras / Pintura em Geral			CDHU - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO			
Ordem	Tabela	Referência	Descrição	Unid	Quant	Val. Mat	Val. M/Obra	Mat + M/Obra	Valor Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	CDHU	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	unmês	3,00	R\$ 906,70	R\$ 92,75	R\$ 999,45	R\$ 2.998,35
1.2	CDHU	02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	unmês	3,00	R\$ 1.376,53	R\$ 155,52	R\$ 1.532,05	R\$ 4.596,15
1.3	CDHU	02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	unmês	3,00	R\$ 1.433,14	R\$ 155,52	R\$ 1.588,66	R\$ 4.765,98
1.4	CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	M2	6,00	R\$ 785,26	R\$ 104,34	R\$ 5,58	R\$ 33,48
1.5	CDHU	02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	mxmes	130,00	R\$ 22,89	R\$ 5,45	R\$ 2,80	R\$ 364,00
1.6	CDHU	02.05.060	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m	mxmes	130,00		R\$ 13,83	R\$ 13,83	R\$ 1.797,90
1.7	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	5,00	R\$ 99,03	R\$ 13,63	R\$ 112,66	R\$ 563,30
1.8	CDHU	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	M2	2000,00	R\$ 0,39	R\$ 6,6200	R\$ 7,01	R\$ 14.020,00
								R\$ -	R\$ -
							SUB TOTAL		R\$ 29.139,16
							SUB TOTAL + BDI 22,00%		R\$ 35.549,78
2	EXECUÇÃO / APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA PINTURA								
2.1	CDHU	33.02.080	Massa corrida à base de resina acrílica (paredes externas)	M2	1496,00	R\$ 5,84	R\$ 13,43	R\$ 19,27	R\$ 28.827,92
2.2	CDHU	33.10.020	Tinta látex antimoho em massa, inclusive preparo (pintura paredes internas)	M2	1253,00	R\$ 8,01	R\$ 23,98	R\$ 31,99	R\$ 40.083,47
2.3	CDHU	33.10.030	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo (pintura paredes exeternas, inclusive caixa d'agua, cabine primária e muros)	M2	4823,00	R\$ 14,04	R\$ 23,98	R\$ 38,02	R\$ 183.370,46
2.4	CDHU	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	M2	923,00	R\$ 12,29	R\$ 33,50	R\$ 45,79	R\$ 42.264,17
2.5	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	50,00	R\$ 19,34	R\$ 33,50	R\$ 52,84	R\$ 2.642,00
2.6	CDHU	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	50,00	R\$ 19,76	R\$ 33,50	R\$ 53,26	R\$ 2.663,00
2.7	CDHU	32.16.050	Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca	M2	545,00	R\$ 43,23	R\$ 9,08	R\$ 52,31	R\$ 28.508,95
2.8	CDHU	17.02.020	Chapisco	M2	60,00	R\$ 2,48	R\$ 5,31	R\$ 7,79	R\$ 467,40

2.9	CDHU	17.02.220	Reboco	M2	60	R\$ 2,02	R\$ 12,59	R\$ 14,61	R\$ 876,60
2.10	CDHU	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	M	60	R\$ 30,55	R\$ 27,92	R\$ 58,47	R\$ 3.508,20
						R\$ 157,95	R\$ 223,41	R\$ 381,36	
							SUB TOTAL		R\$ 411.921,11
							SUB TOTAL + BDI 22,00%		R\$ 502.543,75
							TOTAL GERAL		R\$ 538.093,52

EDGAR SOARES DOS SANTOS
Cb PM Aux Setor de Projetos
Engenheiro Civil

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

ESP-COMANDO POLIC.INT.-7 SOROCABA

Estudo Técnico Preliminar 87/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: SEI 057.00232680/2026-01

2. Descrição da necessidade

1.1. A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de conservação, recuperação e preservação do prédio do Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7), localizado no município de Sorocaba/SP, imóvel de relevante valor histórico e arquitetônico, reconhecido como patrimônio histórico tombado.

1.2. A edificação apresenta desgaste natural decorrente da ação do tempo, exposição contínua às intempéries, incidência solar, umidade, infiltrações, proliferação de fungos e mofo, descascamento de pinturas, fissuras e deterioração dos revestimentos externos e internos, comprometendo a proteção das superfícies, a estética institucional e a adequada conservação do patrimônio público.

1.3. Considerando tratar-se de imóvel histórico tombado, a manutenção preventiva e corretiva torna-se imprescindível para garantir a preservação das características arquitetônicas originais da edificação, evitando agravamento de patologias construtivas, deterioração estrutural e elevação dos custos futuros de recuperação.

1.4. A necessidade da contratação também decorre da importância de proporcionar melhores condições de conservação, segurança, salubridade e funcionalidade às instalações utilizadas diariamente para o desenvolvimento das atividades administrativas e operacionais da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

1.5. Os serviços necessários compreendem preparação de superfícies, reparos localizados, tratamento de trincas, chapisco, reboco, impermeabilização, aplicação de massa acrílica, textura acrílica, pinturas com tinta látex acrílica, tinta antimoho, esmalte à base de água em superfícies metálicas e madeira, incluindo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários para execução completa dos serviços.

1.6. A área total estimada para execução dos serviços de manutenção e pintura predial corresponde a 3.808,70 m² (três mil oitocentos e oito metros quadrados e setenta decímetros quadrados), compreendendo fachadas externas, corredores internos, balaústres, passadiços, pilares, cabine primária, reservatório de água, esquadrias metálicas, elementos em madeira, muro frontal e demais superfícies que necessitam de recuperação, tratamento e pintura.

1.7. A contratação visa assegurar:

- A preservação do patrimônio histórico público;
- A proteção das superfícies contra intempéries e umidade;
- A prevenção da proliferação de fungos e deteriorações;
- O aumento da durabilidade das estruturas e revestimentos;
- A melhoria das condições estéticas e funcionais do imóvel;
- A valorização e conservação do patrimônio institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

1.8. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e essencial para garantir a adequada manutenção predial, preservação patrimonial e continuidade das atividades institucionais desenvolvidas no Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

1.9. A contratação também se justifica pela necessidade de preservar o patrimônio público, assegurar a continuidade das atividades operacionais da unidade e proporcionar melhores condições de trabalho aos usuários, em consonância com os princípios da eficiência, segurança e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Chefe Seção de Logística do CPI-7	Cap PM 962239-0 Mauricéia Cavalheiro Maia

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A contratação deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, segurança, sustentabilidade e preservação do patrimônio histórico, conforme disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Os serviços deverão ser executados por empresa especializada em pintura predial e manutenção de edificações, com fornecimento integral de materiais, equipamentos, ferramentas, andaimes, dispositivos de segurança, transporte e mão de obra necessária à perfeita execução do objeto.

4.3. Considerando tratar-se de imóvel histórico tombado, os serviços deverão ser realizados com técnicas adequadas de conservação predial, observando cuidados necessários para preservação das características arquitetônicas da edificação.

4.4. Antes da apresentação da proposta, a proponente deverá examinar cuidadosamente todos os documentos fornecidos pela Contratante, incluindo especificações técnicas, memorial descritivo, planilhas e demais elementos integrantes do processo de contratação.

4.5. A proponente poderá realizar vistoria prévia no local onde serão executados os serviços, com a finalidade de conhecer as condições da edificação, levantar quantitativos, identificar particularidades da execução e sanar eventuais dúvidas técnicas relacionadas ao objeto.

4.6. Eventuais dúvidas, omissões, inconsistências ou falhas verificadas nos documentos disponibilizados pela Administração deverão ser comunicadas formalmente à Contratante, por escrito, antes da apresentação da proposta, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

4.7. A apresentação da proposta implicará plena concordância da contratada com as condições estabelecidas no processo de contratação e reconhecimento de que possui conhecimento suficiente das condições do local e da natureza dos serviços a serem executados.

4.8. Requisitos Técnicos

4.8.1. A empresa contratada deverá possuir:

- Capacidade técnica compatível com o objeto contratado;
- Experiência comprovada em serviços de pintura predial;
- Responsável técnico devidamente habilitado;
- Registro regular no CREA ou CAU, quando aplicável;
- Equipe técnica qualificada para execução dos serviços;
- Condições operacionais para execução dos serviços em altura.

4.9. Todos os materiais empregados deverão ser novos, de primeira qualidade, sem uso anterior e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis.

4.10. Os serviços deverão atender, especialmente, às seguintes normas:

- ABNT NBR 11702;
- ABNT NBR 15079;
- ABNT NBR 13321;
- Normas regulamentadoras de segurança do trabalho;
- Demais normas técnicas pertinentes.

4.11. Requisitos dos Serviços de Preparação e Pintura

4.11.1. Os serviços deverão contemplar:

- Limpeza completa das superfícies;
- Remoção de partes soltas e materiais deteriorados;
- Tratamento de fungos, umidade e infiltrações superficiais;
- Correção de imperfeições;
- Reparos localizados em reboco e chapisco;
- Tratamento e vedação de trincas;
- Aplicação de massa acrílica;
- Aplicação de textura acrílica;
- Aplicação de seladores;
- Pintura em superfícies internas e externas;
- Aplicação de impermeabilização acrílica;
- Aplicação de esmalte à base de água em superfícies metálicas e madeira;
- Limpeza final das áreas executadas.

4.12. Requisitos dos Materiais

4.12.1. Os materiais empregados na execução dos serviços deverão ser novos, de primeira linha, sem uso anterior, acondicionados em embalagens originais do fabricante e atender integralmente às normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente ABNT NBR 11702, ABNT NBR 15079 e demais normas correlatas.

4.12.2. Serão admitidos materiais equivalentes técnicos de qualidade igual ou superior às referências indicadas no Termo de Referência, vedada a indicação de marca específica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, exceto como referência de qualidade e desempenho.

4.12.3. As tintas, revestimentos e materiais de acabamento deverão possuir padrão premium de qualidade, destinados ao uso profissional em edificações institucionais e patrimônios públicos, apresentando, no mínimo, as seguintes características técnicas:

- Tinta 100% acrílica premium para uso interno e externo;
- Alta resistência às intempéries, chuva, radiação solar e umidade;
- Elevada durabilidade e estabilidade de cor;
- Excelente poder de cobertura e rendimento;
- Baixo índice de respingos;
- Alta aderência às superfícies;
- Resistência à formação de fungos, bolor e mofo;
- Lavabilidade e facilidade de manutenção;
- Secagem uniforme;
- Baixo odor;
- Acabamento fosco, acetinado ou semibrilho uniforme;
- Resistência ao descascamento, esfarelamento e desbotamento;
- Compatibilidade com superfícies de alvenaria, reboco, concreto e massa acrílica;
- Atendimento à classificação Premium prevista na ABNT NBR 15079;
- Composição com resinas acrílicas de elevado desempenho;
- Boa elasticidade para acompanhamento de movimentações superficiais sem fissuração precoce;
- Resistência à alcalinidade e umidade superficial;
- Aplicação adequada em áreas externas sujeitas à exposição climática contínua.

4.12.4. Os revestimentos texturizados deverão possuir:

- Composição 100% acrílica;
- Elevada resistência mecânica e climática;
- Boa aderência ao substrato;
- Uniformidade de acabamento;
- Resistência à umidade e intempéries;
- Proteção contra microfissuras superficiais;

- Durabilidade compatível com uso externo institucional.

4.12.5. Os impermeabilizantes acrílicos deverão possuir:

- Elasticidade e flexibilidade;
- Resistência aos raios ultravioletas;
- Resistência à névoa salina e intempéries;
- Capacidade de impermeabilização contínua;
- Resistência à proliferação de fungos e umidade;
- Atendimento à ABNT NBR 13321.

4.12.6. As tintas esmalte à base de água para metais e madeira deverão possuir:

- Baixo índice de compostos orgânicos voláteis (VOC);
- Excelente aderência;
- Alta resistência à abrasão e intempéries;
- Boa cobertura e nivelamento;
- Resistência ao amarelamento;
- Acabamento uniforme e durável;
- Compatibilidade com fundos preparadores à base de água.

4.13. Requisitos de Segurança

4.13.1. A contratada deverá cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, especialmente:

- NR-06 – Equipamentos de Proteção Individual;
- NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Construção;
- NR-35 – Trabalho em Altura.

4.13.2. Todos os profissionais deverão utilizar equipamentos de proteção individual adequados.

4.13.3. A contratada será responsável pela montagem, manutenção e segurança de andaimes, escadas e demais equipamentos utilizados na execução dos serviços.

4.14. Requisitos de Sustentabilidade

4.14.1. A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, incluindo:

- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- Minimização de desperdícios de materiais;
- Utilização racional de recursos naturais;
- Adoção de boas práticas ambientais;
- Atendimento à legislação ambiental vigente.

4.15. Garantia dos Serviços

4.15.1. A contratada deverá garantir a qualidade e durabilidade dos serviços executados, responsabilizando-se pela correção de falhas, defeitos ou vícios verificados após o recebimento dos serviços, observados os prazos legais e contratuais.

4.16. Execução dos Serviços

4.16.1. Os serviços deverão ser executados conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração, sem prejuízo às atividades administrativas desenvolvidas no Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7.

4.16.2. A execução deverá ocorrer de forma organizada, segura e contínua, observando as orientações da fiscalização contratual.

4.17. REQUISITOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

4.17.1. A contratada deverá:

- Garantir a durabilidade, segurança e funcionalidade das instalações;

- Substituir ou refazer, sem ônus para a Administração, quaisquer serviços executados em desacordo com o projeto ou normas;
- Submeter-se à fiscalização da Contratante durante toda a execução.

4.18. Os requisitos estabelecidos visam assegurar que a contratação atenda plenamente às necessidades da Administração, garantindo qualidade, segurança, eficiência e conformidade legal, em alinhamento com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para atendimento da necessidade de manutenção e pintura predial do Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7, bem como verificar práticas adotadas pela Administração Pública e parâmetros de custos e execução aplicáveis ao objeto.

5.2. Inicialmente, verificou-se que os serviços pretendidos são comuns no mercado de engenharia e manutenção predial, havendo ampla oferta de empresas especializadas aptas a executar serviços de pintura, recuperação de superfícies e conservação de edificações, com fornecimento de materiais e mão de obra.

5.3. Foram analisadas contratações similares realizadas por órgãos públicos, especialmente no âmbito do Estado de São Paulo, que adotam como referência a **Tabela de Custos da CDHU**, a qual consolida composições de serviços de engenharia com base em parâmetros técnicos e econômicos atualizados. Tal referência é amplamente utilizada por garantir maior segurança na estimativa de preços e aderência aos valores praticados no mercado.

5.4. No que se refere às soluções disponíveis, destacam-se:

- **Contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais e mão de obra (empreitada por preço global):** solução mais adotada pela Administração Pública, pois transfere à contratada a responsabilidade integral pela execução dos serviços, garantindo maior controle sobre prazos, qualidade e custos;
- **Execução por administração direta:** alternativa considerada menos vantajosa, em razão da necessidade de mobilização de equipe própria, aquisição de materiais, equipamentos e gestão operacional, o que demanda maior esforço administrativo e pode comprometer a eficiência da execução;
- **Contratação segmentada (mão de obra e materiais separados):** embora possível, apresenta maior complexidade na gestão contratual, risco de incompatibilidade entre materiais e execução, além de potencial aumento de custos indiretos.

5.5. Diante das alternativas analisadas, verifica-se que a **contratação integrada de empresa especializada**, responsável pelo fornecimento de materiais de padrão premium e execução completa dos serviços, mostra-se a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa para a Administração.

5.6. Adicionalmente, o mercado disponibiliza diversas marcas e fabricantes de tintas e revestimentos com desempenho equivalente ao padrão premium exigido, sendo possível assegurar ampla competitividade no certame, desde que respeitadas as especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar.

5.7. Ressalta-se que a exigência de materiais de maior desempenho não restringe a competitividade, uma vez que diversos fornecedores atendem a tais requisitos, garantindo durabilidade, menor necessidade de manutenção e melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida do objeto.

5.8. Por fim, conclui-se que há plena viabilidade de contratação no mercado, com número suficiente de fornecedores aptos, soluções consolidadas e parâmetros de custos confiáveis, o que assegura a competitividade do processo licitatório e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção, recuperação, preparação de superfícies, impermeabilização e pintura predial no imóvel pertencente ao Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7, localizado no município de Sorocaba/SP, imóvel de valor histórico e arquitetônico reconhecido como patrimônio histórico tombado.

6.2. A intervenção abrangerá área total estimada de **3.808,70 m²**, incluindo fachadas externas, corredores internos, balaústres, passadiços, pilares, cabine primária, reservatório de água, muro frontal, esquadrias metálicas, elementos em madeira e demais superfícies que necessitam de recuperação, tratamento e pintura, conforme detalhamento constante no Memorial Descritivo e no croqui anexo.

6.3. A contratação contemplará o fornecimento integral de mão de obra especializada, materiais, equipamentos, ferramentas, andaimes, dispositivos de proteção coletiva e individual, transporte, gerenciamento de resíduos e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, conforme especificações técnicas constantes no Memorial Descritivo, Termo de Referência, planilha orçamentária e demais documentos técnicos do processo.

6.4. A solução foi definida considerando a necessidade de preservação do patrimônio público, recuperação das superfícies deterioradas, proteção das estruturas contra intempéries, umidade e agentes degradantes, bem como a melhoria das condições de conservação, segurança, salubridade e estética da edificação institucional.

6.5. Os serviços compreenderão, de forma integrada e contínua:

- Implantação e mobilização do canteiro de serviços;
- Instalação de equipamentos de proteção e segurança;
- Isolamento e sinalização das áreas de intervenção;
- Locação e montagem de andaimes e equipamentos de acesso;
- Proteção das instalações existentes;
- Remoção de pinturas deterioradas e partes soltas;
- Preparação e limpeza das superfícies;
- Reparos localizados de chapisco e reboco;
- Tratamento e recuperação de trincas superficiais;
- Aplicação de massa acrílica;
- Aplicação de textura acrílica;
- Aplicação de impermeabilização com membrana acrílica;
- Aplicação de seladores;
- Pintura com tinta acrílica premium para áreas internas e externas;
- Aplicação de tinta acrílica antimoho em áreas sujeitas à umidade;
- Aplicação de esmalte à base de água em superfícies metálicas e madeira;
- Limpeza final das áreas;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

6.6. **A solução prevê utilização de materiais de padrão premium, compatíveis com edificações institucionais e patrimônios históricos**, observando desempenho superior quanto à durabilidade, resistência às intempéries, resistência à umidade, proteção antimoho, aderência, cobertura e acabamento, em conformidade com as normas técnicas da ABNT, especialmente NBR 11702, NBR 15079 e NBR 13321.

6.7. A execução dos serviços será realizada em conformidade com as normas de segurança do trabalho, especialmente NR-06, NR-18 e NR-35, garantindo segurança aos trabalhadores, usuários e às instalações do CPI-7.

6.8. A solução adotada consiste na contratação por empreitada por preço global, considerando a natureza integrada e interdependente dos serviços, proporcionando:

- Melhor gerenciamento contratual;
- Uniformidade de acabamento;
- Compatibilidade técnica entre materiais e etapas executivas;
- Maior controle de qualidade;
- Redução de riscos de paralisações e retrabalhos;
- Responsabilização integral da contratada;
- Maior eficiência administrativa e operacional.

6.9. A contratação permitirá a preservação das características arquitetônicas do imóvel histórico, aumento da vida útil das superfícies e estruturas, prevenção de patologias construtivas, valorização do patrimônio público e melhoria das condições de uso e conservação da edificação utilizada pelo Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7.

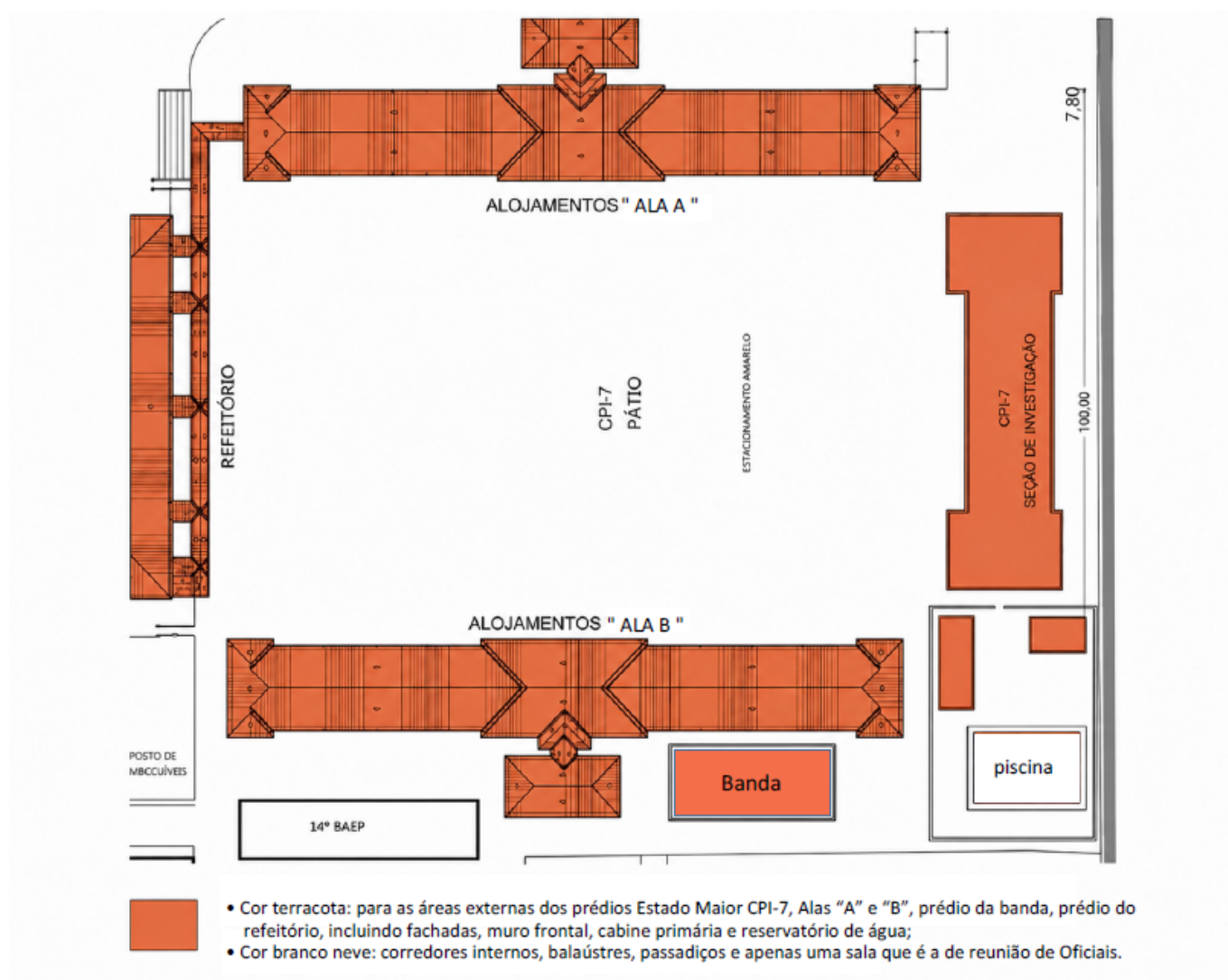
7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas para a presente contratação foram levantadas com base em vistoria técnica preliminar, medições das áreas de intervenção, análise do estado de conservação da edificação e levantamento realizado pela Seção de Engenharia do Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7.

7.2. A área total estimada de intervenção corresponde a aproximadamente 3.808,70 m², abrangendo fachadas externas, corredores internos, balaústres, passadiços, pilares, cabine primária, reservatório principal de água, esquadrias metálicas, elementos em madeira, muro frontal do Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7 e demais superfícies que necessitam de recuperação, tratamento e pintura.

7.2.1. O serviço de pintura será realizado na área do CPI-7, conforme delimitado e detalhado no croqui, identificado em cor terracota para as áreas externas dos prédios, incluindo fachadas, muro frontal, cabine primária e reservatório de água;

7.2.1.1. cor branco neve para ambientes internos, incluindo sala de reunião dos oficiais, corredores, balaústres e passadiços, como consta abaixo:



7.3. As quantidades estimadas contemplam os serviços necessários à adequada execução da solução proposta, incluindo:

- Preparação de superfícies (limpeza, lixamento, remoção de pintura existente);
- Tratamento de trincas e fissuras;
- Aplicação de chapisco e reboco, quando necessário;
- Aplicação de massa acrílica para regularização de superfícies;
- Aplicação de seladores;

- Execução de textura acrílica em áreas específicas;
- Pintura com tinta látex/acrílica em superfícies internas e externas;
- Aplicação de tinta acrílica antimofa em áreas sujeitas à umidade;
- Pintura com esmalte à base de água em superfícies metálicas e de madeira;
- Impermeabilização de superfícies específicas;
- Montagem e desmontagem de andaimes;
- Serviços preliminares e finais, incluindo limpeza e destinação de resíduos.

7.4. Os quantitativos detalhados dos serviços serão definidos em planilha orçamentária específica, elaborada com base nos referenciais técnicos e de custos da Tabela CDHU – versão 201 de fevereiro de 2026, considerando as condições reais da edificação e as necessidades identificadas durante o levantamento técnico.

7.5. As estimativas foram elaboradas observando os princípios da razoabilidade, economicidade e eficiência administrativa, buscando assegurar quantitativos suficientes para execução integral dos serviços sem excessos que possam comprometer a vantajosidade da contratação.

7.6. Eventuais variações quantitativas verificadas durante a execução contratual deverão observar os limites e condições previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 538.093,52

8.1. A estimativa do valor da contratação será realizada com base na elaboração de planilha orçamentária detalhada, considerando todos os serviços e insumos necessários à execução do objeto, conforme especificações constantes no memorial descritivo.

8.2. O custo estimado da contratação é de **R\$ 538.093,52** (quinhentos e trinta e oito mil, noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE					
Rua Bento Manuel Ribeiro, nº 209 - Bairro Jd. São Caetano, Sorocaba/SP.					
Referente Planilha Orçamentária nº N° CPI-7- 006-40-26 - e Memorial Descritivo N° CPI-7- 006-40-26					
SIAFISICO - SERVIÇO			65218 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO/ REPAROS/ CONSERVAÇÃO E PINTURA INTERNA E EXTERNA		
COMPRAS.GOV.BR			13455 – MANUTENÇÃO/ REFORMA PREDIAL – PINTURA EM GERAL		
ITEM	SERVIÇO	VALORES	1º. MES	2º. MES	3º. MES
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	R\$ 35.549,78	R\$ 10.664,93	R\$ 10.664,93	R\$ 14.219,91

			30,00%	30,00%	40,00%
2	EXECUÇÃO / APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA PINTURA	R\$ 502.543,75	R\$ 150.763,12	R\$ 150.763,12	R\$ 201.017,50
			30,00%	30,00%	40,00%
VALOR TOTAL DA OBRA		R\$ 538.093,52	R\$ 161.428,06	R\$ 161.428,06	R\$ 215.237,41
VALOR TOTAL DA MEDIÇÃO MENSAL			R\$ 161.428,06	R\$ 161.428,06	R\$ 215.237,41
VALOR TOTAL ACUMULADO DA MEDIÇÃO			R\$ 161.428,06	R\$ 322.856,11	R\$ 538.093,52

8.3. Para a formação do orçamento estimado, serão adotados como referenciais oficiais de preços:

- Tabela CDHU – versão 201, de fevereiro de 2026;

8.4. Esses referenciais asseguram a compatibilidade dos preços com o mercado, bem como o atendimento aos princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação será realizada **sem parcelamento do objeto**, adotando-se a execução por meio de **empreitada por preço global**, em razão da natureza integrada e interdependente dos serviços de manutenção e pintura predial.

9.2. Os serviços previstos envolvem etapas sequenciais e tecnicamente vinculadas, tais como preparação de superfícies, tratamento de patologias (trincas, infiltrações e desprendimentos), aplicação de massa acrílica, seladores, revestimentos, pintura e acabamentos. A fragmentação dessas etapas em múltiplos contratos poderia comprometer a qualidade final do serviço, gerar incompatibilidades técnicas entre materiais e métodos executivos, além de dificultar a responsabilização por eventuais falhas.

9.3. A execução por uma única empresa permite melhor controle tecnológico, padronização dos materiais (especialmente quanto ao padrão premium exigido), uniformidade de acabamento, além de facilitar a fiscalização e a gestão contratual, reduzindo riscos operacionais e administrativos.

9.4. Do ponto de vista econômico, o parcelamento também não se mostra vantajoso, pois poderia acarretar aumento de custos indiretos, duplicidade de mobilização de equipes, maior tempo de execução e possíveis conflitos entre contratadas distintas, impactando negativamente a eficiência da contratação.

9.5. Ressalta-se que a solução adotada não compromete a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de número suficiente de empresas capacitadas para execução integral do objeto, conforme verificado no levantamento de mercado.

9.6. Dessa forma, a não divisão do objeto mostra-se tecnicamente justificada e economicamente vantajosa, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Considerando tratar-se de imóvel histórico tombado, a execução integrada dos serviços torna-se ainda mais necessária, visando assegurar padronização técnica, compatibilidade entre os materiais empregados, preservação das características arquitetônicas da edificação e controle adequado da qualidade dos serviços executados.

9.8. Ressalta-se que o mercado possui ampla quantidade de empresas aptas a executar integralmente os serviços previstos, não havendo restrição indevida à competitividade.

9.9. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento da solução é a medida mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade, interesse público e preservação do patrimônio histórico, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10. Não serão necessárias contratações correlatas e/ou interdependentes

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo, especialmente às ações voltadas à conservação, manutenção e preservação do patrimônio público imobiliário sob responsabilidade da Administração.

11.2. A necessidade da contratação foi devidamente inserida no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, conforme Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 290/2025, demonstrando compatibilidade com o planejamento administrativo e orçamentário da Unidade.

11.3. A contratação está compatível com as diretrizes administrativas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva das edificações públicas, visando garantir condições adequadas de funcionamento, segurança, conservação e salubridade das instalações utilizadas pelo Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7.

11.4. A solução proposta também se encontra alinhada às necessidades de preservação do patrimônio histórico tombado, observando o interesse público na conservação das características arquitetônicas e estruturais do imóvel, prevenindo a deterioração das superfícies e reduzindo custos futuros com intervenções corretivas de maior complexidade.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de manutenção e pintura predial do Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7 proporcionará benefícios diretos e indiretos à Administração Pública, aos usuários da edificação e à preservação do patrimônio público.

12.2. Dentre os principais benefícios, destacam-se:

12.2.1. A **preservação do patrimônio histórico**, garantindo a conservação das características arquitetônicas do imóvel e evitando sua deterioração progressiva, especialmente por se tratar de edificação tombada.

12.2.2. A **ampliação da vida útil da edificação**, por meio da execução de manutenção preventiva e corretiva, reduzindo a necessidade de intervenções emergenciais futuras e os custos associados.

12.2.3. A **melhoria das condições de segurança**, tanto estrutural quanto operacional, ao eliminar patologias construtivas como trincas, infiltrações, desprendimentos de revestimentos e degradação de superfícies.

12.2.4. A **valorização estética e institucional**, com a padronização visual da edificação, aplicação de cores definidas (terracota nas áreas externas e branco neve nas áreas internas) e melhoria da aparência geral do complexo, contribuindo para a imagem da Administração.

12.2.5. A **redução de custos ao longo do ciclo de vida do objeto**, com a utilização de materiais de padrão premium, que apresentam maior durabilidade, menor necessidade de manutenção e melhor desempenho frente às intempéries.

12.2.6. A **melhoria das condições de trabalho e uso dos ambientes**, proporcionando espaços mais adequados, limpos, salubres e confortáveis para servidores e usuários.

12.2.7. A **adequação às normas técnicas e legais**, garantindo que a edificação atenda às exigências vigentes de segurança, manutenção e conservação.

12.2.8. A **maior eficiência na gestão pública**, por meio da contratação planejada e estruturada, alinhada ao Plano de Contratações Anual, evitando improvisações e contratações emergenciais.

12.3. A **sustentabilidade na gestão do patrimônio**, com a adoção de práticas adequadas de execução, uso de materiais mais duráveis e correta destinação de resíduos, contribuindo para a redução de impactos ambientais.

12.4. Dessa forma, a contratação atende ao interesse público, promovendo a conservação do patrimônio, a melhoria das condições de uso e a otimização dos recursos públicos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para viabilizar a adequada execução dos serviços de manutenção e pintura predial do Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7, a Administração deverá adotar previamente as seguintes providências:

13.1.1. Inicialmente, deverá ser concluída a instrução do processo administrativo, com a consolidação do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Planilha Orçamentária nº CPI-7-006-40-26 e demais documentos técnicos, incluindo Memorial Descritivo e Croqui das Áreas de Intervenção.

13.1.2. Deverá ser verificada a disponibilidade orçamentária e financeira para a contratação, com a devida reserva de recursos e posterior emissão da Nota de Empenho, em conformidade com o planejamento constante no Plano de Contratações Anual – PCA 2026.

13.1.3. A Administração deverá promover a designação formal dos fiscais do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços, nos termos da legislação vigente.

13.1.4. Deverá ser realizada a preparação do ambiente para execução dos serviços, incluindo a disponibilização de acesso às dependências, definição de áreas para instalação do canteiro de obras, bem como a organização das rotinas internas para minimizar impactos às atividades do CPI-7 durante a execução.

13.1.5. Caberá à Administração disponibilizar as informações técnicas existentes, tais como projetos, laudos e levantamentos realizados, além de alinhar previamente com a contratada as condições de execução, horários de trabalho e restrições operacionais.

13.1.6. Deverão ser adotadas medidas de comunicação interna, informando os usuários da edificação sobre a realização dos serviços, eventuais interdições de áreas e orientações de segurança durante a execução.

13.1.7. Antes do início dos serviços, deverá ser realizada reunião inicial entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, para alinhamento técnico, apresentação do cronograma, definição de responsabilidades e esclarecimento de procedimentos operacionais.

13.1.8. Por fim, deverá ser estruturado o acompanhamento sistemático da execução contratual, com registro das atividades, medições, eventuais ocorrências e controle de qualidade, garantindo o cumprimento das condições estabelecidas no contrato e a adequada entrega do objeto.

13.2. Dessa forma, as providências elencadas são essenciais para assegurar a eficiência, regularidade e sucesso da contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratada deverá utilizar materiais que minimizem o impacto ambiental, priorizando:

- **Tintas com Baixo Teor de COVs:** Uso preferencial de produtos com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis, atendendo aos limites estabelecidos em normas técnicas nacionais (ABNT).
- **Certificações Ambientais:** Preferência por produtos que possuam selos ambientais reconhecidos ou que comprovem a ausência de metais pesados (como chumbo e cádmio) em sua composição.

14.2. Logística Reversa e Descarte de Resíduos

14.2.1. Em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as diretrizes da Lei 14.133, a execução do serviço deve observar:

- **Plano de Gerenciamento de Resíduos:** A contratada deve apresentar um plano para a segregação, acondicionamento e destinação final das embalagens e restos de solventes.
- **Logística Reversa:** As latas de tintas e recipientes plásticos deverão ser encaminhados para sistemas de logística reversa mantidos pelos fabricantes ou destinados a pontos de coleta seletiva licenciados, vedado o descarte em lixo comum.

14.3. Execução Sustentável e Uso de Recursos

14.3.1. Durante a prestação dos serviços de pintura, a contratada obriga-se a:

- **Racionalização de Insumos:** Adotar métodos de aplicação que reduzam o desperdício e a dispersão de resíduos no ambiente (ex: proteção adequada de áreas adjacentes para evitar contaminação do solo).
- **Prevenção de Poluição Hídrica:** É terminantemente proibida a lavagem de ferramentas e o despejo de restos de tinta em redes de águas pluviais ou esgoto sanitário sem o devido tratamento prévio ou decantação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Após a realização dos estudos técnicos, levantamento das necessidades, análise das soluções disponíveis no mercado e avaliação dos aspectos técnicos, operacionais, orçamentários e ambientais, conclui-se que a contratação dos serviços de manutenção e pintura predial do Comando de Policiamento do Interior Sete – CPI-7 mostra-se plenamente viável e adequada ao interesse público.

15.1.2. A solução proposta atende de forma satisfatória à necessidade de preservação, recuperação e conservação do patrimônio público imobiliário, especialmente por tratar-se de imóvel histórico tombado, cuja manutenção preventiva e corretiva é indispensável para garantir a integridade das características arquitetônicas, estruturais e funcionais da edificação.

15.1.3. Dessa forma, considerando os benefícios esperados, a necessidade institucional, a preservação do patrimônio histórico, a disponibilidade de solução no mercado e a compatibilidade técnica, operacional e orçamentária, conclui-se pela plena viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para elaboração do Termo de Referência e demais atos necessários à futura contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 17:27:48.

MATRIZ DE RISCOS



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

Matriz de Gerenciamento de Riscos 91/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
91/2026	ALISSON JONES RODRIGUES DA CUNHA	05/05/2026 10:14
Status da Matriz de Alocação de Riscos		
Assinado (Planejamento)		
Objeto da Matriz de Riscos		
Contratação de empresa especializada para manutenção, reparos, conservação e Pintura do prédio do Comando de Policiamento do Interior Sete (CPI-7)		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Atraso na execução da obra	Planejamento inadequado ou baixa produtividade da contratada	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Atraso na entrega da obra, prejuízo à continuidade das atividades e necessidade de prorrogação contratual					
	Ações Preventivas					
P-01	Exigir cronograma físico-financeiro detalhado e acompanhamento contínuo pela fiscalização			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Reprogramação do cronograma, reforço de equipe e aplicação de sanções contratuais			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Execução fora do padrão técnico	Falha técnica ou erro de interpretação	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Retrabalho, aumento de custos e comprometimento da qualidade final					
	Ações Preventivas					
P-01	Fiscalização rigorosa e aprovação por etapas dos serviços			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Determinar refazimento dos serviços sem ônus à Administração			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Uso de materiais de baixa qualidade	Tentativa de redução de custos pela contratada	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Redução da durabilidade, falhas na pintura					
	Ações Preventivas					
P-01	Exigência de padrão premium; aprovação prévia de materiais			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Rejeição dos materiais e substituição sem ônus			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Falhas na pintura (descascamento, bolhas)	Preparação inadequada da superfície ou aplicação incorreta	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Retrabalho, aumento de custos, prejuízo estético					
	Ações Preventivas					
P-01	Fiscalização rigorosa; cumprimento das normas técnicas			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Refazimento dos serviços dentro da garantia			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item

R-05	Condições climáticas	Chuvas, umidade elevada, baixa temperatura adversas	Planejamento	Administração	Alto	
	Impactos					
1	Interrupção dos serviços, atraso no cronograma					
	Ações Preventivas					
P-01	Planejamento do cronograma considerando clima			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Reprogramação das atividades			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Descarte irregular de resíduos	Falta de controle ambiental ou desconhecimento da norma	Planejamento	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Impacto ambiental e penalidades legais					
	Ações Preventivas					
P-01	Segregação de resíduos; uso de controle de transporte de resíduos; destinação adequada			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Notificação, correção e aplicação de sanções			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Proposta com preço inexequível	Subavaliação dos custos pela licitante	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Abandono da obra ou baixa qualidade					
	Ações Preventivas					
P-01	Análise de exequibilidade das propostas			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Desclassificação ou exigência de comprovação			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Falta de mão de obra qualificada	Contratação de equipe sem capacitação	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Baixa qualidade na execução					
	Ações Preventivas					
P-01	Exigência de qualificação técnica			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Substituição da equipe			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Problemas na cor /acabamento	Falta de padronização ou erro na aplicação	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Insatisfação e retrabalho					
	Ações Preventivas					
P-01	Aprovação de amostras/painel teste			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Repintura sem ônus			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Atraso no pagamento	Problemas administrativos ou documentais	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Impacto financeiro à contratada					
	Ações Preventivas					
P-01	Organização do fluxo de liquidação e pagamento			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Regularização administrativa			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Falhas na impermeabilização	Aplicação incorreta ou produto inadequado	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
	Impactos					
1	Infiltrações e danos estruturais					
	Ações Preventivas					
P-01	Uso de produtos adequados; fiscalização			Responsável: JOAO CARLOS DE OLIVEIRA		
	Ações de Contingência					
C-01	Refazimento dos serviços dentro da garantia			Responsável: EVANDRO PIRES DA ROCHA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

JULIO ANTONIO CARVALHO DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 17:28:09.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE
UGE 180.156

(Processo Administrativo nº.057.00232680/2026-01)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., CELEBRADO
ENTRE O(A), POR
INTERMÉDIO DO(A) E
.....

O Estado de São Paulo por intermédio do(a) **COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR**, com sede no(a) **Rua Bento Manoel Ribeiro, 209, Vila São Caetano**, na cidade de **Sorocaba** /Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.198.541/0065-19**, neste ato representado(a) pelo(a) (**cargo e nome**), nomeado(a) pelo(a) [**Portaria/.....**] nº, de de de 20..., publicado(a) no DOE de de de, [**portador(a) da identificação funcional..... nº/inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)**], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº .../...** mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços **de manutenção e pintura predial**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTIDA DE TOTAL	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTA L
-------------	----------------------	---------------	--	------------------------------	--------------------------------	----------------------------------

1	<i>Serviço de manutenção e pintura predial</i>	65218				
----------	--	--------------	--	--	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de **empreitada por preço global**.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do contrato e emissão da Ordem de Início dos Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

2.1.2.1. *O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

2.1.2.2. *O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada está na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a 10/04/2026.*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

- 7.3. *No caso de reajuste subsequente ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*
- 7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgado o índice definitivo.*
- 7.5. *Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.*
- 7.6. *Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.*
- 7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*
- 7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **XX (XXX)** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

A sanção de multa será calculada em conformidade com em conformidade com a Resolução nº SSP-05/2026, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo em 02 de março de 2026, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco

décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei](#) ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus

administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa.*

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Nota de Empenho:

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Resolução nº SSP-05/2026

Trata das sanções aplicáveis no âmbito da Secretaria de
Segurança Pública do Estado de São Paulo



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1 - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2 - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1 - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2 - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES
Secretário da Segurança Pública

MODELO REFERENTE A PLANILHA DE PROPOSTA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

(em papel timbrado do licitante)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de manutenção e pintura predial	65218				

- Validade da proposta 60 (sessenta) dias a contar da apresentação.
- Anexo: catálogo dos produtos ofertados.

Local e data.

EMPRESA	
CNPJ	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	
RESPONSÁVEL	

Representante Legal

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE									
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL E FINANÇAS									
SEÇÃO DE PROJETOS DA LOGÍSTICA CPI-7									
Rua Bento Manuel Ribeiro, nº 209 - Bairro Jd. São Caetano, Sorocaba/SP.									
Planilha Orçamentária nº Nº CPI-7- 006-40-26 - Referente Memorial Descritivo Nº CPI-7- 006-40-26									
APLICAÇÃO DE MASSA ACRÍLICA, TEXTURA, PINTURAS DIVERSAS NAS PAREDES INTERNAS E EXTERNAS DOS PRÉDIOS DA ALA "A" E ALA "B" MUROS, CAIXA D'ÁGUA, BANDA, RANCHO E SEDE DO ESTADO MAIOR DO CPI-7							ÁREA:	3808,70m²	PRAZO: 90dias
SERVIÇO:		REPAROS / MANUTENÇÃO				BOLETIM REFERENCIAL DE CUSTOS - ORÇAMENTO E CDHU 201-2026			
CONTAS GOV		Nº 13455	Obras Cívís - Pequenas Obras / Pintura em Geral			CDHU - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO			
Ordem	Tabela	Referência	Descrição	Unid	Quant	Val. Mat	Val. M/Obra	Mat + M/Obra	Valor Total
1	SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	CDHU	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	unmês					
1.2	CDHU	02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	unmês					
1.3	CDHU	02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	unmês					
1.4	CDHU	02.08.020	Placa de identificação para obra	M2					
1.5	CDHU	02.05.202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	mxmes					
1.6	CDHU	02.05.060	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m	mxmes					
1.7	CDHU	05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3					
1.8	CDHU	03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	M2					
								R\$ -	R\$ -
							SUB TOTAL		R\$ -
							SUB TOTAL + BDI 22,00%		R\$ -
2	EXECUÇÃO / APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA PINTURA								
2.1	CDHU	33.02.080	Massa corrida à base de resina acrílica (paredes externas)	M2					
2.2	CDHU	33.10.020	Tinta látex antimoho em massa, inclusive preparo (pintura paredes internas)	M2					
2.3	CDHU	33.10.030	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo (pintura paredes externas, inclusive caixa d'agua, cabine primária e muros)	M2					
2.4	CDHU	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	M2					
2.5	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2					
2.6	CDHU	33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2					
2.7	CDHU	32.16.050	Impermeabilização em membrana à base de polímeros acrílicos, na cor branca	M2					
2.8	CDHU	17.02.020	Chapisco	M2					
2.9	CDHU	17.02.220	Reboco	M2					
2.10	CDHU	33.01.280	Reparo de trincas rasas até 5 mm de largura, na massa	M					
						R\$ -	R\$ -	R\$ -	
							SUB TOTAL		R\$ -
							SUB TOTAL + BDI 22,00%		R\$ -
							TOTAL GERAL		R\$ -

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR SETE								
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO								
Rua Bento Manuel Ribeiro, nº 209 - Bairro Jd. São Caetano, Sorocaba/SP.								
Referente Planilha Orçamentária nº N° CPI-7- 006-40-26 - e Memorial Descritivo N° CPI-7- 006-40-26								
ITEM	SERVIÇO	VALORES	1º. MES		2º. MES		3º. MES	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES		R\$		R\$		R\$	
			100%		100%		100%	
2	EXECUÇÃO / APLICAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA PINTURA		R\$		R\$		R\$	
			100%		100%		100%	
VALOR TOTAL DA OBRA			R\$		R\$		R\$	
VALOR TOTAL DA MEDIÇÃO MENSAL			R\$		R\$		R\$	
VALOR TOTAL ACUMULADO DA MEDIÇÃO			R\$		R\$		R\$	
_____,_____,2026.								
DADOS DA EMPRESA E ASSINATURA								

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____
(nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

MODELOS REFERENTES A VISTORIA TÉCNICA



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)
e apresente sua proposta

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES
DA CONTRATAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)